

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (RFEPCT)  
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EAD DO INSTITUTO FEDERAL  
DE SANTA CATARINA (CERFEAD/IFSC)  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL (PROFEPT)**

**EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS COMPARTILHADAS**

**Dissertação de Mestrado  
ELAINE CRISTINA PAMPLONA SEIFFERT**

**Florianópolis/SC**

**2019**

**ELAINE CRISTINA PAMPLONA SEIFFERT**

EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS COMPARTILHADAS

Dissertação apresentada ao Centro de Referência em Formação e EaD (CERFEAD) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) como requisito parcial para Diploma do Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional.

Orientador: Prof. Dr. Douglas Paulesky Juliani.

Florianópolis/SC

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

Seiffert, Elaine Cristina Pamplona  
Experiências educacionais inclusivas compartilhadas  
/ Elaine Cristina Pamplona Seiffert ; orientação de Douglas  
Paulesky Juliani. - Florianópolis, SC, 2019.  
116 p.

Dissertação (Pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado)  
- Instituto Federal de Santa Catarina, Centro de  
Referência em Formação e Educação à Distância -  
CERFEAD. Mestrado Profissional em Educação Profissional  
e Tecnológica. Departamento de Educação à Distância.  
Inclui Referências.

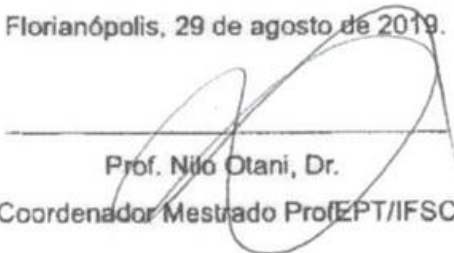
1. Educação Inclusiva. 2. Práticas Educacionais Inclusivas.  
3. Plataforma Colaborativa. 4. Compartilhamento.  
I. Juliani, Douglas Paulesky. II. Instituto Federal  
de Santa Catarina. Departamento de Educação à Distância.  
III. Título.

ELAINE CRISTINA PAMPLONA SEIFFERT

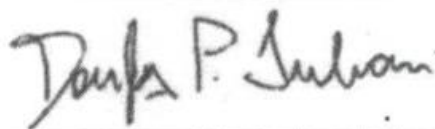
EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS COMPARTILHADAS

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Referência em Formação e EaD do Instituto Federal de Santa Catarina (Cerfead/IFSC).


Florianópolis, 29 de agosto de 2019.

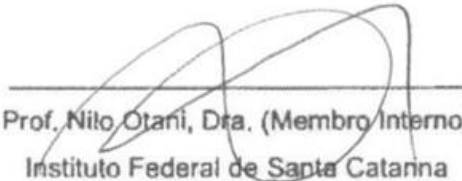
  
Prof. Nilo Otani, Dr.  
Coordenador Mestrado ProEPT/IFSC

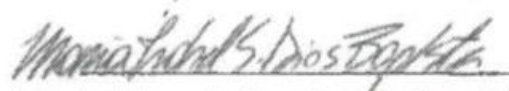
BANCA EXAMINADORA

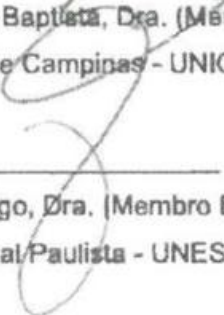


Prof. Douglas Paulesky Juliani, Dr. (Orientador)  
Instituto Federal de Santa Catarina

  
Prof. Sabrina Bleicher, Dra. (Membro Interno)  
Instituto Federal de Santa Catarina

  
Prof. Nilo Otani, Dra. (Membro Interno)  
Instituto Federal de Santa Catarina

  
Prof. Maria Isabel Sampaio Dias Baptista, Dra. (Membro Externo)  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

  
Prof. Eder Pires de Camargo, Dra. (Membro Externo)  
Universidade Estadual Paulista - UNESP

*Dedico esta conquista ao meu filho Gabriel Pamplona Seiffert, minha força na luta por um mundo mais justo.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador por sua dedicação a este projeto, visão sempre apurada do contexto e assertividade nos ensinamentos os quais pretendo levar para a vida.

Aos colegas e professores do curso de mestrado em educação profissional e tecnológica em rede nacional (PROFEPT) por tudo o que foi dito, aprendido, refletido e vivenciado ao longo dos nossos encontros e durante as aulas. Vocês foram essenciais nesta caminhada.

Ao meu amor Antonio Nascimento Tavares que fez o contato com as professoras do Rio de Janeiro para que eu pudesse apresentar-lhes a plataforma e realizar um trabalho conjunto de educação inclusiva.

Aos programadores da plataforma Educacaoinclusiva.org Daniel Mason e Igor Thiago Marques Mendonça que disponibilizaram para a sociedade esta ferramenta de compartilhamento de saberes com todas as suas funcionalidades.

À Sabrina Bleicher pelo precioso trabalho de designer Gráfico.

A toda a equipe multidisciplinar de voluntários que trabalhou de maneira incansável na procura por práticas educacionais inclusivas, nos ajustes necessários para a publicação das mesmas, na logística e implementação da plataforma tornando-a viável e conhecida.

À banca examinadora, pelas valiosas contribuições.

Aos meus alunos, flores tão diversas que perfumam o meu jardim diariamente, que me instigaram a buscar exercer minha docência na perspectiva da educação inclusiva.

A todos os educadores que gentilmente disponibilizaram na plataforma seus saberes, suas descobertas e suas conquistas na certeza de que através desta ação contribuíam para a inclusão dos estudantes presentes no sistema educacional brasileiro.

Se somos a soma do que vivemos, sou grata por compartilhar com vocês esta parcela de vida. Hoje tenho a certeza de estar onde eu realmente queria e deveria estar. Sinto-me privilegiada por ter conhecido tantas pessoas que

trabalham pela inclusão e conseqüentemente por um mundo mais justo e mais digno.

*“Duas trilhas se bifurcavam num bosque de outono, e eu, viajante solitário, triste por não poder andar por ambas, por longo tempo fiquei lá olhando até onde desapareciam na folhagem. Duas trilhas num bosque bifurcavam e eu – eu fui pela menos pisada, e isso fez toda a diferença.”*

*(Robert Frost)*



## RESUMO

A pesquisa Experiências educacionais inclusivas compartilhadas cujo tema trata da inclusão no processo de ensino e aprendizagem de todos os estudantes presentes nas escolas e universidades do sistema educacional brasileiro tem a intenção de articular saberes e práticas docentes utilizando a tecnologia como meio de troca de experiências e informações. Para tanto, apresenta como produto educacional a plataforma Educacaoinclusiva.org, a qual permite o compartilhamento de práticas educacionais inclusivas facilitando o compartilhamento de experiências entre educadores de todo o país, ajudando a promover a educação inclusiva e a valorizar o trabalho docente. As práticas ali compartilhadas apresentam as seguintes informações: público participante, metodologia, materiais utilizados, resultados alcançados, além de imagens, vídeos e materiais diversos. A implantação desta plataforma exigiu uma estrutura ampla, além da pesquisa aqui realizada, outros projetos surgiram para dar suporte e concretizar o seu desenvolvimento tecnológico. Esta pesquisa tem como foco o esboço inicial da plataforma, definição da arquitetura de informação, aquisição dos dados iniciais, busca, análise e validação das práticas educacionais inclusivas, estratégias de marketing entre outras atividades necessárias para a realização, implantação e aplicação deste produto educacional. A busca ativa pelas práticas educacionais inclusivas, realizada pela pesquisadora, exigiu o entendimento a respeito dos elementos centrais que as caracterizam, para este fim, além da aquisição do conhecimento empírico através das práticas compartilhadas, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e junto com os autores que embasaram este estudo considera-se como prática educacional inclusiva aquela que permite a todos os estudantes participarem com sucesso no processo de ensino e aprendizagem. Esta é uma pesquisa participante, uma vez que a autora enquanto docente compartilhou suas experiências e participou ativamente de algumas experiências compartilhadas na plataforma. Desde a sua implantação em novembro de 2018 a plataforma Educacaoinclusiva.org foi acessada de todos os estados do Brasil e em trinta e dois países do exterior. Foram compartilhadas até o momento por educadores brasileiros mais de oitenta práticas educacionais inclusivas de diversos níveis e modalidades de ensino da Educação Básica à Educação Superior, abrangendo a Educação Profissional e Educação Especial.

Palavras chaves: Educação Inclusiva. Práticas Educacionais Inclusivas. Plataforma Colaborativa. Compartilhamento.

## **ABSTRACT**

The research *Breaking Barriers*: shared inclusive educational experiences of which the theme is the inclusion in the process of teaching and learning of all students present in schools and universities of the Brazilian educational system has the intention of articulating savvy and docent practices utilizing technology as a medium of exchange of experiences and information. Therefore, it presents as educational product the platform [EducacaoInclusiva.org](http://EducacaoInclusiva.org), which allows the sharing of inclusive educational practices facilitating the swap of experiences between educators of the entire country, helping to promote inclusive education and to value docent work. The practices there shared present the following information: participant public, methodology, utilized material, achieved results, beyond images, videos and diverse material. The implementation of this platform demanded a ample structure, besides the here executed research, other projects appeared to give support and to concretize its technological development. This research focuses on the initial sketch of the platform, definition of the information architecture, initial data acquisition, pursuit, analysis and validation of inclusive educational practices, marketing strategies among other necessary activities for the realization, implementation , and application of this educational product. The active pursuit for inclusive educational practices, fulfilled by the researcher, called for the understanding about the central elements that characterize them, for this end, apart from the acquisition of empirical knowledge through the shared practices, bibliographic research was utilized and along with the authors that provided base for this study it is considered as a inclusive educational practice that which allows all students to participate with success in the process of teaching and learning. This is a participant research, since the author whilst docent shared her experiences and actively participated of some of the ones in the platform. Ever since its implementation in November of 2018 the platform [EducacaoInclusiva.org](http://EducacaoInclusiva.org) has been accessed from all the states of Brazil and in thirty-two countries abroad. Eighty inclusive educational practices of various levels and teaching modalities, from Basic to Higher Education, covering Professional and Special Education have been shared up to this moment by Brazilian educators.

**Key words:** Inclusive Education. Inclusive Educational Practices. Colaborative Platform. Sharing.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - A comunicação antes e depois do ambiente em rede.....	48
Figura 2 - Visão estrutural das dimensões de trabalho envolvidas na construção do produto educacional .....	56
Figura 3 - Imagem da plataforma Educacaoinclusiva.org .....	61
Figura 4 - Imagem da seção Sobre o projeto .....	62
Figura 5 - Imagem da seção Notícias.....	63
Figura 6 - Imagem da descrição de prática inclusiva em Libras.....	64
Figura 7 - Imagem cadastro de usuários na plataforma .....	65
Figura 8 - Imagem recuperação de senha.....	66
Figura 9 - Imagem do início do registro de prática na plataforma .....	67
Figura 10 - Imagem do detalhamento da prática a ser compartilhada .....	68
Figura 11 - O portal secreto: vídeo compartilhado na plataforma.....	69
Figura 12 - Visualização das práticas compartilhadas na plataforma.....	70
Figura 13 - Imagem da busca parametrizada na plataforma.....	70
Figura 14 - Imagem do campo para comentário e link de compartilhamento .....	71
Figura 15 - Flyer de divulgação da plataforma .....	76
Figura 16 - Campanha criada para divulgação nas redes sociais .....	77
Figura 17 - Divulgação da plataforma no portal da Folha de São Paulo .....	80
Figura 18 - Divulgação da plataforma no Jornal do Almoço SC .....	80
Figura 19 - Divulgação da plataforma no portal da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis .....	81
Figura 20 - Divulgação da plataforma no portal do NSC total .....	81
Figura 21 - Divulgação da plataforma no portal Bem Paraná.....	82
Figura 22 - Usuários que acessaram a plataforma no Brasil por região.....	84
Figura 23 - Usuários que acessaram a plataforma no mundo.....	85
Figura 24 - Equipamento experimental sobre conservação da quantidade de movimento linear à esquerda e à direita protótipo construído por B .....	92

## **FLUXOGRAMA**

Fluxograma 1 - Etapas percorridas desde o projeto inicial.....	57
----------------------------------------------------------------	----

## **FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1 - Maquete tátil fenômeno da dispersão da luz branca.....	45
Fotografia 2 - Contato pessoal direto com educadores.....	72
Fotografia 3 - Oficina na escola Favo de Mel.....	73
Fotografia 4 - Apresentação da pesquisa nas formações continuadas de educadores da rede municipal de Florianópolis.....	73
Fotografia 5 - Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	74
Fotografia 6 - Oficinas para o vídeo de divulgação da plataforma.....	75
Fotografia 7 - Uso pela autora do conteúdo disponibilizado na plataforma.....	79
Fotografia 8 - A espiral.....	89
Fotografia 9 - Desafio Criativo IFRS.....	90
Fotografia 10 - Banheiro feminino enquanto espaço de empoderamento.....	94

## **GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Comparativo do nº de matrículas da Educação Especial em classes comuns e em classes exclusivas da Educação Básica nos últimos oito anos.....	32
Gráfico 2 - Estética da plataforma.....	98
Gráfico 3 - Utilização da plataforma pelo educador em seu contexto educacional.....	100
Gráfico 4 - Facilidade de realização do cadastro.....	101
Gráfico 5 - Valorização do trabalho docente.....	102
Gráfico 6 - Possibilidade de utilização da plataforma pelo educador.....	102
Gráfico 7 - Recomendação da plataforma para outras pessoas.....	103
Gráfico 8 – Adequação da plataforma ao uso pedagógico.....	103

## **QUADROS**

Quadro 1 - Matrículas registradas nos últimos Censos da Educação Básica e Superior de acordo com a diversidade discente.....	30
Quadro 2 - Matrículas em classes comuns do público da Educação Especial de acordo com suas características .....	33
Quadro 3 - Matrículas da Educação Profissional registradas no Censo da Educação Básica 2018.....	39
Quadro 4 - Número de usuários que acessaram a plataforma em cada país .....	85
Quadro 5 - Características identificadas nas práticas cadastradas na plataforma	87
Quadro 6 - Percepções dos usuários a respeito da plataforma.....	96
Quadro 7 - Segunda questão relacionada à Atração .....	98
Quadro 8 - Terceira questão relacionada à Atração.....	99
Quadro 9 - Questão relacionada à Mudança de ação.....	104

## LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CERFEAD	Centro de Referência em Formação e Educação a Distância
CTA	Centro Tecnológico de Acessibilidade
CTI	Colégio Técnico Industrial
eMAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FIC	Formação Inicial e Continuada
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
IES	Instituições de Ensino Superior
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
ODM	Oito objetivos Do Milênio
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1.1</b>	<b>Considerações sobre o caminho percorrido até aqui</b> .....	18
<b>1.2</b>	<b>Objetivos</b> .....	23
1.2.1	<i>Objetivo Geral</i> .....	23
1.2.2	<i>Objetivos Específicos</i> .....	24
<b>1.3</b>	<b>Delimitação do tema e aderência ao programa PROFEPT</b> .....	24
<b>1.4</b>	<b>Organização da estrutura do trabalho</b> .....	26
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	28
<b>2.1</b>	<b>A diversidade dos estudantes e suas especificidades: a emergência de uma abordagem inclusiva</b> .....	29
2.1.1	<i>Diversidade discente registrada nos últimos censos da Educação Básica e Educação Superior</i> .....	30
<b>2.2</b>	<b>Educação inclusiva</b> .....	35
2.2.1	<i>A docência para a Educação inclusiva</i> .....	35
2.2.2	<i>Educação Profissional e Tecnológica na perspectiva da educação inclusiva</i> .....	38
2.2.3	<i>Prática educacional inclusiva: em busca de uma definição conceitual</i> .....	42
<b>2.3</b>	<b>Cultura participativa na educação: tecnologias conectando experiências</b> .....	46
2.3.1	<i>Tecnologias sociais</i> .....	50
2.3.2	<i>Plataformas colaborativas: base de conhecimentos</i> .....	51
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	54
<b>3.1</b>	<b>Caracterização e tipo de estudo</b> .....	54
<b>3.2</b>	<b>Participantes</b> .....	55

<b>3.3</b>	<b>Dimensões do trabalho e agentes envolvidos no desenvolvimento do produto educacional.....</b>	<b>55</b>
<b>3.4</b>	<b>Etapas da pesquisa, instrumentos e estratégias para coleta de dados.....</b>	<b>56</b>
<b>4</b>	<b>PRODUTO EDUCACIONAL: PLATAFORMA EDUCACAOINCLUSIVA.ORG .....</b>	<b>61</b>
<b>4.1</b>	<b>Comunicação e marketing para coleta de práticas.....</b>	<b>72</b>
<i>4.1.1</i>	<i>Material de divulgação.....</i>	<i>74</i>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>78</b>
<b>5.1</b>	<b>Dados das experiências coletadas.....</b>	<b>83</b>
<b>5.2</b>	<b>Características de uma prática educacional inclusiva .....</b>	<b>86</b>
<b>5.3</b>	<b>Práticas educacionais inclusivas compartilhadas na plataforma Educacaoinclusiva.org .....</b>	<b>88</b>
<i>5.3.1</i>	<i>O autismo em espiral.....</i>	<i>88</i>
<i>5.3.2</i>	<i>Desafio criativo IFRS .....</i>	<i>90</i>
<i>5.3.3</i>	<i>O outro lado da Física.....</i>	<i>91</i>
<i>5.3.4</i>	<i>Nós podemos: sororidade na escola.....</i>	<i>93</i>
<i>5.3.5</i>	<i>Considerações sobre as práticas compartilhadas .....</i>	<i>94</i>
<b>5.4</b>	<b>Avaliação da plataforma pelos usuários.....</b>	<b>95</b>
<i>5.4.1</i>	<i>Percepções dos usuários colhidas informalmente.....</i>	<i>95</i>
<i>5.4.2</i>	<i>Percepções dos usuários colhidas através do formulário de avaliação.....</i>	<i>97</i>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>109</b>
	<b>APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....</b>	<b>115</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A educação traz na sua essência a democracia, pois deve ser para todos, só assim teremos uma sociedade igualitária capaz de respeitar os direitos de cada cidadão. Sobre o entendimento do que é a educação para todos, direito garantido na Constituição Federal de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã, Fávero, Pantoja e Mantoan (2007, p. 26) afirmam “que é para todos mesmo, em um mesmo ambiente, e esse pode e deve ser o mais diversificado possível, como forma de atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania”. Para Luckesi (2001, p.122), “A democratização da educação escolar, como meio de desenvolvimento do educando, do ponto de vista coletivo e individual, sustenta-se em três elementos básicos: acesso universal ao ensino, permanência na escola, qualidade satisfatória da instrução”.

Esta pesquisa tem como tema a educação inclusiva, cuja escolha se deu devido ao fato de a pesquisadora lecionar Ciências em uma escola municipal de Florianópolis e perceber que existe uma lacuna na literatura, bem como nos livros didáticos, referente às práticas educacionais inclusivas. Pode-se, portanto, afirmar que essa temática surgiu de uma necessidade observada durante suas aulas, uma vez que fazem parte desse contexto estudantes com e sem deficiência, cada qual com suas especificidades que precisam ser observadas, respeitadas e atendidas. A maneira como se deu a escolha do tema vai ao encontro da recomendação dada por Oliveira (2016, p. 46) de que “é preciso gostar do tema, para isso ele deve estar relacionado com a nossa vida, nossas experiências”.

Sabe-se que são vários os fatores a serem considerados para a realização de uma educação inclusiva, entre os quais podemos destacar: material didático, acessibilidade, gestão escolar (supervisão, orientação, coordenação e direção), família, políticas públicas, formação para a docência inclusiva; porém o foco desta pesquisa está nas práticas inclusivas realizadas pelos educadores. Portanto a atuação docente terá aqui lugar de destaque.

São vários os questionamentos que os educadores fazem a si mesmos no exercício de sua função, questionam sua prática pedagógica, sua avaliação, suas atitudes, suas escolhas, sua relação com os estudantes e com os colegas. O

questionamento que norteia esta pesquisa é o seguinte: Quais são as experiências educacionais inclusivas que estão sendo desenvolvidas pelos educadores para atender aos estudantes inseridos no sistema educacional brasileiro?

Parte-se da hipótese de que muitos educadores já realizam sua docência na perspectiva da educação inclusiva podendo compartilhar seus saberes com outros educadores, porém a falta de um espaço para tal compartilhamento, entre outros fatores, pode funcionar como um dos impeditivos para essa ação, mantendo seus conhecimentos e descobertas restritos à sala de aula. Esta pesquisa, cujos procedimentos metodológicos estão descritos na seção 3, surge na intenção de identificar as estratégias para a inclusão desenvolvidas por educadores e disponibilizá-las no ambiente virtual da internet através de uma plataforma de acesso para consulta e alimentação com sequências didáticas, vídeos, materiais, e propostas inclusivas diversas utilizadas durante suas aulas. Trata-se de um repositório com conteúdos específicos aplicados, que podem trazer resultados transformadores para todos os envolvidos ao contribuir para a reflexão a respeito da importância da docência voltada para a inclusão.

A plataforma Educacaoinclusiva.org, produto educacional resultante desta pesquisa, tem a intenção de articular saberes e práticas realizadas em sala de aula ou em outros espaços educativos, utilizando a tecnologia como meio de troca de experiências e conhecimentos.

### **1.1 Considerações sobre o caminho percorrido até aqui**

Para escrever esta proposta e escolher o tema de pesquisa foi percorrido um longo caminho. A paisagem mudou inúmeras vezes durante o trajeto, já de início foi preciso entender que este projeto seria construído a muitas mãos, algumas conhecidas e outras nem tanto, algumas mãos iam generosamente se juntando às nossas quando já estávamos caminhando e, assim, todas unidas me davam coragem de prosseguir, portanto, em nenhum momento estive só, este projeto foi uma construção coletiva. Isso tornou o caminho mais fácil, mais alegre e mais bonito. Assim juntos, nem percebemos a distância percorrida, ela ia

aumentando à medida que nosso objetivo se aproximava.

Agora convido você, leitor, a conhecer um pouco da minha trajetória e fazer parte desta caminhada rumo à educação inclusiva. Enquanto escrevo percebo que é preciso olhar para trás para analisar os erros, as conquistas e tomar decisões sobre novos rumos. Assim, escrevendo, colocando tudo no papel fica mais fácil, pois “o medo começa a ser superado a cada frase que tecemos, a cada descoberta que fizemos, a cada sorriso que compartilhamos, a cada passo dado” (SONZA, 2004, p. 17). Eis que novamente estou diante de uma página em branco e, como já disse em outro momento:

Enquanto educadora posso afirmar que uma das coisas mais surpreendentes além do olhar do meu aluno é uma página em branco. Uma página em branco apresenta inúmeras possibilidades de organizar o turbilhão de ideias que povoam nossa mente. Diante dela temos o poder de enveredar por caminhos nunca trilhados antes. [...] A partir do momento em que começo a escrever, a página em branco se modifica, mas eu também não sou mais a mesma. Aos poucos as ideias vão clareando e eu vou delineando os passos seguintes de um projeto grandioso [...] (SEIFFERT, 2016, p. 14).

Ao iniciar a escrita das primeiras linhas de um projeto que pretende fazer diferença na educação, me vêm à mente lembranças de um passado remoto. Estava eu por volta de sete anos de idade, iniciando minha vida escolar e ao mesmo tempo ensaiando os primeiros passos de professora. O corpo discente era formado pelas minhas bonecas e outras emprestadas por minhas irmãs, afinal de contas eu queria a “sala de aula” cheia. As cadeiras da cozinha dispostas junto à cama serviam de carteiras e a cama servia de cadeira, onde meus “alunos” estavam quietinhos esperando o início da aula. Um pedaço de fórmica encontrado na rua servia de quadro negro, onde, com lápis, eu fazia as anotações e um graveto servia para apontar o que estava escrito auxiliando assim a explicação da professora. Na minha mente, as bonecas falavam, escreviam, sorriam, choravam e aprendiam.

Minha vida escolar foi marcada por alegrias, aprendizados, algumas decepções, mas sempre uma profunda admiração pelos professores. Queria ajudar, contribuir de alguma maneira com as aulas, nem que fosse carregando livro, rodando folhas de papel no mimeógrafo (aparelho utilizado para fazer cópias

a partir de um papel stêncil) ou pedindo silêncio a algum colega distraído. Eram outros tempos, professores eram valorizados e suas palavras tinham força de lei.

Em relação ao espaço da sala de aula, os bancos eram duplos, de madeira, e a carteira do mesmo material, com um entalhe para dispor os lápis e canetas. A carteira era acoplada ao banco, com um espaço para colocar as mochilas logo abaixo. Essa estrutura de bancos duplos facilitava a interação, colegas que compartilhavam os mesmos bancos tornavam-se amigos inseparáveis.

Havia necessidade de ter o uniforme para o dia a dia de aula: camiseta de tergal branca, saia pregueada de tergal azul marinho, meias brancas e tênis. No início do ano letivo, minha mãe encomendava da costureira o uniforme para o dia a dia e outro para o desfile que seria realizado em sete de setembro, em comemoração à independência do Brasil. Aquele tinha que ser novinho e impecável.

Os primeiros anos escolares e os primeiros professores me serviram de inspiração para seguir a carreira docente, mas até então não tinha ideia da área que iria escolher. Ao vir de uma escola pública, optei por cursar Ciências Biológicas na Universidade Federal de Santa Catarina, o fiz porque queria contribuir para um mundo melhor através do meu trabalho. Essa vontade surgiu no ano de 1989 quando eu era uma estudante da oitava série de uma escola estadual de Florianópolis. Em uma saída de estudo para um evento do dia da árvore na Câmara Municipal, recebi de uma vereadora o crachá de patrulheira mirim do meio ambiente, desde aquele dia soube que precisava fazer algo para defender o futuro para as gerações seguintes.

Já formada, participei de um concurso público para ser bancária e de outro para ser professora, fui aprovada em ambos, recebendo convocação ao mesmo tempo para assumir o posto de trabalho, foram as duas trilhas que se bifurcaram no meu caminho, não tive dúvida da minha escolha, estava certa de que a única maneira de melhorar a realidade imposta na época era através da educação. Foi assim que, em 2006, ingressei na rede municipal de Florianópolis como professora titular de Ciências. Neste mesmo ano, também concluí minha especialização em Educação Ambiental.

Em 2007, fui convidada a participar de um curso sobre eficiência energética e combate ao desperdício de energia elétrica na Eletrosul (Empresa vinculada à Eletrobrás que atua na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no sul do país), na ocasião pude rever conceitos, bem como a importância da energia elétrica para a nossa vida, além dos impactos ambientais causados durante a sua geração, transmissão e distribuição. Ao retornar à sala de aula, criei o projeto Guardiões da Energia, cujo objetivo foi de contribuir para a formação de multiplicadores cientes da necessidade de economizar energia como forma de preservar o ambiente. A palavra chave para esta formação era responsabilidade. Os guardiões (meus alunos) exerceram sua responsabilidade com o meio ambiente através do uso racional da energia elétrica e dos recursos naturais e compartilharam esta responsabilidade com seus familiares.

O projeto foi escolhido para fazer parte do livro *Práticas Exitosas na Educação* da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis lançado em 2010 (SEIFFERT, 2010). Também recebeu o Prêmio Câmara de Educação ambiental em 2012. Esse prêmio foi criado pela mesma vereadora que anos atrás havia me entregado o crachá de patrulheira mirim do meio ambiente. Foi como se eu estivesse mostrando o resultado do trabalho iniciado em 1989, o crachá eu guardo comigo até hoje, e as questões ambientais fazem parte do meu fazer pedagógico. Tanto que me comprometi em colaborar através do projeto Guardiões da Energia para a conquista dos oito objetivos do Milênio (ODM). Tratava-se de um compromisso firmado por 189 países, do qual o Brasil foi signatário, de colocar em prática até 2015 ações para o alcance de oito objetivos relacionados à saúde, combate à fome, redução da mortalidade infantil, igualdade de gênero e sustentabilidade. Dentre esses objetivos, estava o de número 7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente, o qual buscava “inserir os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e nos programas nacionais, e reverter a perda de recursos ambientais” (BRASIL, 2013a, p. 166). Foi assim que, graças ao trabalho desenvolvido pelos Guardiões da Energia, conquistamos, para nossa escola, em 2013, o certificado ODM.

Finalizei, em 2016, uma segunda especialização, agora em Gênero e Diversidade na Escola (GDE – UFSC). O trabalho de conclusão de curso teve

como título: A lenda das areias: estudantes com deficiência tornam-se protagonistas através do teatro de sombras, foi um trabalho colaborativo junto com a professora de Artes da unidade educativa onde eu lecionava, cujo objetivo era de promover o protagonismo das crianças com deficiência da escola através da construção e apresentação de um teatro de sombras (SEIFFERT, 2016). Essa experiência quebrou paradigmas e mostrou que a diferença nos constitui enquanto pessoas. A diferença, ao fazer parte da essência humana, não deve ser desprezada ou ignorada. No caso das pessoas com deficiência, precisa ser levada em consideração para que se façam os ajustes necessários à inclusão e para que se eliminem as barreiras sociais que lhes são impostas diariamente.

Não me lembro de haver nenhuma criança com deficiência na sala de aula ou na escola enquanto cursei a educação básica (1982 a 1993) e nem na educação superior (1994 a 2001). Resolvi buscar o motivo dessa ausência nos levantamentos censitários realizados durante esse período. Constatei que, apesar do primeiro registro de matrículas da educação especial (fazem parte do público da educação especial pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação) surgir em 1996, com um total de 201.142 estudantes matriculados em escolas de educação básica, ainda levaria um bom tempo para que as pessoas com deficiência fizessem parte do contexto das salas de aula de classes comuns do ensino regular brasileiro, mais precisamente 12 anos (INEP, 1997).

De fato, o movimento mundial pela inserção de pessoas com deficiência no ensino regular que, antes dos anos 90 parecia improvável, vem ganhando força desde 2008 com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e consolidou-se em 2009, graças ao decreto nº 6949, o qual “Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007” documentos dos quais o Brasil é signatário (BRASIL, 2009a). Esse decreto traz, em seu artigo 24, que trata da Educação, o seguinte:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida [...] (BRASIL, 2009a).

Assim, o Censo da Educação Básica de 2010 mostra que o número de matrículas de estudantes público da educação especial no ensino regular triplicou em relação ao ano anterior (INEP, 2017). Em 2010, eu já havia concluído a Educação Básica e superior há muito tempo e estava vendo o reflexo das conquistas dos movimentos pela inclusão de dentro da sala de aula como docente. A graduação não me proporcionou uma formação satisfatória para a educação inclusiva, mas eu estava tendo a oportunidade de aprender na prática a docência para a inclusão, uma vez que tanto alunos com deficiência quanto os demais com suas especificidades eram meus alunos.

O contexto da sala de aula me mostrou a amplitude do movimento pela educação inclusiva e trouxe à tona questões sobre as diferenças. Hoje entendo que as diferenças na escola devem ser compreendidas como inerentes da condição humana e não apenas como tema relacionado aos grupos historicamente excluídos. Um ambiente educacional inclusivo pressupõe o acolhimento de todos ainda que para isso sejam necessárias mudanças na sua organização curricular, nas atitudes e nas relações com as pessoas.

Diante do exposto, com tantas indagações e conclusões que emanam do chão da sala de aula em que me faço professora, cheguei até aqui, agora com o desafio de continuar estudando o tema educação inclusiva durante o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e contribuir para que a inclusão seja debatida, refletida e acolhida na prática através do meu fazer pedagógico e do fazer pedagógico dos educadores envolvidos neste projeto. Como diz a música de Raul Seixas: “sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade”.

## **1.2 Objetivos**

### *1.2.1 Objetivo Geral*

Criar uma plataforma colaborativa de práticas educacionais inclusivas contendo estratégias pedagógicas e tecnologias utilizadas por educadores para atender a todos os estudantes presentes no contexto educacional.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar as ações e os elementos centrais que caracterizam a educação inclusiva no contexto educacional;
- b) Elaborar o projeto conceitual e acompanhar o desenvolvimento tecnológico de uma plataforma web para compartilhamento de práticas educacionais inclusivas, apresentada como produto educacional desta pesquisa;
- c) Coletar e validar experiências educacionais inclusivas com a finalidade de publicá-las na plataforma desenvolvida;
- d) Sistematizar e disponibilizar uma base de práticas educacionais inclusivas online;
- e) Verificar a percepção dos usuários da plataforma acerca do produto educacional desenvolvido.

### 1.3 Delimitação do tema e aderência ao programa PROFEPT

O Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Santa Catarina, na modalidade semipresencial, faz parte de um Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional. Está concentrado na área de Ensino da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão ligado ao Ministério da Educação, portanto trata-se de um curso de mestrado *stricto sensu* reconhecido pelo MEC. De acordo com o seu Regulamento, visa, através da formação em educação profissional e tecnológica, “tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado” (BRASIL, 2015b, p. 2). Apresenta entre seus objetivos específicos:

Atender à necessidade de desenvolvimento de trabalhos de investigação interdisciplinar, constituído pela interface entre Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia, na perspectiva de melhoria dos processos educativos e de gestão em espaços formais ou não formais (BRASIL, 2015b, p. 2).

Entre as atribuições do profissional egresso desse curso de mestrado, está



a capacidade de “desenvolver soluções tecnológicas que possam contribuir para a melhoria do ensino” (BRASIL, 2015b, p. 2).

A Plataforma Educacaoinclusiva.org, produto educacional aqui apresentado, de acesso irrestrito e uso gratuito, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores voluntários do IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina), surge como ferramenta de inclusão, contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem nas escolas e universidades brasileiras. Tanto a pesquisa quanto o produto educacional se estendem, além da Educação Profissional (em todos os seus níveis e modalidades), para todos os níveis e modalidades da Educação Básica e Educação Superior, incluindo-se aqui a Educação de jovens e adultos e Educação Especial.

O trabalho realizado está de acordo com o previsto no Regulamento do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT). Segundo o regulamento do programa, “O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se em um produto educacional que possua aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino” e deve ser acompanhado de dissertação ou artigo (BRASIL, 2015b, p. 6). A plataforma Educacaoinclusiva.org vem sendo utilizada por educadores brasileiros, que compartilham suas práticas educacionais e/ou acessam a plataforma para conhecer as práticas ali compartilhadas, buscando inspiração para tornarem suas aulas mais inclusivas. Além de permitir interação e trocas de experiências entre educadores, a plataforma permite através dos comentários deixados nas práticas compartilhadas também a participação e o diálogo com toda a sociedade civil em busca de uma escola mais inclusiva. Essa plataforma, por estar em ambiente *WEB* (palavra inglesa que significa rede), tem alcance inclusive fora do país.

Uma vez que tem a intenção de valorizar o trabalho docente e contribuir para a inclusão dos estudantes, esse produto educacional vai ao encontro da Lei 11.892 de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais. Essa lei, em seu artigo 6º inciso II, define entre as finalidades dos Institutos Federais: “desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”

e, em seu artigo 7º inciso III, apresenta entre os objetivos dos Institutos Federais: “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade” (BRASIL, 2008a).

Este trabalho de conclusão de curso também está respaldado na Portaria Normativa do MEC nº 17, que dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da CAPES a qual em seu artigo 4º apresenta entre os objetivos do mestrado profissional:

I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados [...] (BRASIL, 2009b).

Tanto o produto educacional quanto a pesquisa realizada estão aderentes à linha de pesquisa Práticas Educativas em EPT, Macroprojeto 1: Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT, onde se encaixam projetos voltados para a “elaboração e experimentação de propostas de ensino inovadoras em espaços diversos (sala de aula, laboratórios, campo, museus, setores produtivos, internet, entre outros)” (BRASIL, 2015b, p. 4).

#### **1.4 Organização da estrutura do trabalho**

A estrutura desta dissertação tem a intenção de trazer ao leitor reflexões e conhecimentos em relação à educação inclusiva, aos sujeitos que compõem o mosaico de diversidade presente no ensino regular brasileiro, às legislações vigentes sobre o tema e à ação pedagógica inclusiva do profissional docente.

A introdução nos dá uma panorâmica geral do que se entende por educação inclusiva e a importância da escola inclusiva. O tema, o problema, a hipótese, a justificativa e o objetivo também estão ali contemplados. A subseção

da parte introdutória sobre o caminho percorrido até aqui pretende funcionar como um diálogo no qual a pesquisadora revela seu ponto de partida, além dos anseios e expectativas em relação ao trabalho proposto. Desse modo, de maneira informal, sem o rigor exigido em uma escrita acadêmica, permite ao leitor conhecer uma parte da trajetória de uma docente que anseia pela escola inclusiva e tem, na plataforma Educacaoinclusiva.org, a certeza de que não está sozinha.

Na Delimitação do tema e aderência ao programa PROFEPT, buscou-se identificar no trabalho realizado o atendimento aos princípios e diretrizes que regem o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional (PROFEPT).

A seção destinada à fundamentação teórica está dividida em subseções descritas em uma sequência que mostra como este trabalho foi pensado. A abordagem dos assuntos se deu de forma mais abrangente até chegar à prática educacional inclusiva, objeto principal desta pesquisa, finalizando com noções sobre o uso das tecnologias para gestão do conhecimento e compartilhamento de experiências, noções a respeito de tecnologias sociais, bem como o uso de plataformas como ambientes colaborativos de aprendizagem. Estas últimas, relacionadas ao produto educacional propriamente dito.

A magnitude deste produto educacional, bem como os desdobramentos de sua construção e aplicação, nos fez destinar uma seção à parte para ele. Essa seção detalha o passo a passo do desenvolvimento da plataforma Educacaoinclusiva.org e suas características, além da aplicação do produto e aprendizados adquiridos desde a sua concepção.

Apresenta-se como resultado deste trabalho os dados estatísticos gerais relacionados ao produto educacional, práticas cadastradas e também a validação feita pelos usuários e pela sociedade em geral que acessaram tal produto.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica está estrategicamente organizada para olharmos primeiramente para os sujeitos que fazem parte do corpo discente do sistema educacional brasileiro. Eles são o ponto chave, o ponto central, a base e devem estar em primeiro plano quando se pensa em Educação. Na sequência buscou-se definir a Educação Inclusiva e os sujeitos responsáveis pela abordagem inclusiva nos ambientes formais e não formais de ensino, ou seja, os educadores. Uma vez que esta pesquisa tem a intenção de valorizar o trabalho docente inclusivo, os educadores merecem destaque, pois são eles que estão capacitados para fazer a educação inclusiva acontecer na prática. Assim tem-se a seção intitulada A docência para a educação inclusiva.

Em seguida traz-se uma abordagem da educação profissional e tecnológica na perspectiva da educação inclusiva. Devido ao fato desta pesquisa e produto educacional proposto estarem vinculados a um mestrado profissional em educação profissional e tecnológica, torna-se necessário destacar esta modalidade de ensino.

Na pesquisa bibliográfica aqui realizada buscou-se identificar os elementos centrais que definem uma prática educacional como inclusiva, assim tem-se a seção Prática educacional inclusiva: em busca de uma definição conceitual.

As três últimas subseções da fundamentação teórica estão voltadas para o produto educacional. Gestão do conhecimento na educação: tecnologias conectando experiências mostra a influência das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na sociedade atual. Graças às TICs pessoas se conectam e formam uma inteligência coletiva, compartilham seus conhecimentos e criam uma cultura participativa. Isso modifica a realidade, o ciberespaço torna-se um ambiente democrático que permite a participação e compartilhamento de conhecimento entre todos. As tecnologias sociais conectam as instituições acadêmicas às demandas vindas da sociedade e as plataformas colaborativas atualmente tornam-se cada vez mais aliadas no processo de ensino e aprendizagem.

## **2.1 A diversidade dos estudantes e suas especificidades: a emergência de uma abordagem inclusiva**

Somos todos diferentes, nossas diferenças são frutos de uma construção histórica mediada pelas interações e descobertas cotidianas, portanto é possível afirmar que somos a soma do que vivemos. O artigo 5º de nossa constituição nos dá direito à igualdade enquanto cidadãos ao afirmar que “[...] todos são iguais perante a lei” (BRASIL, 2016a). No entanto, nossas diferenças em relação à etnia, classe social, gênero, deficiências, entre outras, muitas vezes geram exclusão.

Nossa identidade também se constrói nas diferenças, pois, ao reconhecermos o outro como diferentes de nós, reafirmamos nossa identidade. Souza (2014, p. 14) reforça que a individualidade faz parte de nossa essência, “assim se apresentam todos os seres, naturalmente heterogêneos, variados, distintos. Se assim é, então ser diferente é natural, e aí está toda a riqueza humana”.

O entendimento de que o ambiente educacional inclusivo não só permite acesso, mas também participação com sucesso no processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, permanência de todos os estudantes independente de suas especificidades passa pelo reconhecimento das diferentes identidades que compõem o mosaico da comunidade escolar ou acadêmica. De acordo com as Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica:

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro traduz-se no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade (BRASIL, 2001, p. 26).

O Plano Nacional de Educação (PNE) em vigor foi elaborado com o compromisso de “[...] enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população [...]” (BRASIL, 2014a, p. 9). Portanto, o PNE reforça a necessidade de atentar-se para o sujeito educando nas suas especificidades, valorizando o contexto no qual está inserido.

### 2.1.1 Diversidade discente registrada nos últimos censos da Educação Básica e Educação Superior

Cada estudante adentra os portões das escolas ou das universidades trazendo sua história, cada qual com o seu objetivo, alguns vêm em busca de conhecimento, outros querem se conhecer e fazer-se conhecer pelos demais, há ainda os que exigem atenção. Assim escolas e universidades se tornam diversas, a diversidade nestes ambientes se manifesta através das características fenotípicas, cognitivas, culturais, étnicas, de gênero, religião, convicções políticas, condição social, nacionalidades, deficiências, ou qualquer outra característica que compõe o ser humano. Os últimos censos educacionais da educação básica e da educação superior revelam algumas dessas diversidades conforme Quadro abaixo:

Quadro 1 - Matrículas registradas nos últimos Censos da Educação Básica e Superior de acordo com a diversidade discente

ESPECIFICIDADES		EDUCAÇÃO BÁSICA 2018	EDUCAÇÃO SUPERIOR 2016
Feminino		23.823.004	4.603.846
Masculino		24.632.863	3.444.855
Público EE em classes comuns		1.014.661	35.891
Cor/raça	Não Declarada	13.664.282	2.382.264
	Branca	15.380.316	3.079.779
	Preta	1.666.121	485.793
	Amarela	163.946	123.601
	Parda	17.267.504	1.928.238
	Indígena	313.698	49.026
NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS		48.455.867	8.048.701

Fonte: INEP 2016 e 2018 (elaboração própria)

Ao analisar os dados mais recentes dos censos educacionais da Educação Básica (último censo é o de 2018) e Educação Superior (cursos de graduação

presenciais e à distância - último censo é o de 2016), foi possível identificar, nas escolas brasileiras e instituições de ensino superior (IES), um número aproximado de matrículas do gênero feminino em relação ao masculino.

Enquanto as matrículas de pessoas autodeclaradas brancas representam 31,7% na educação básica e 38,3% nas IES, as matrículas de pessoas autodeclaradas negras representam 3,4% do total de matrículas na educação básica e na educação superior esse número chega a 6%. Segundo Petrucelli e Saboia (2013, p. 53), “as categorias de cor ou raça contribuem, direta ou indiretamente, para modelar e legitimar certo perfil identitário na população brasileira, ou seja, colaboram para a construção de fronteiras entre os grupos que compõem tal população”. Sabemos que, no Brasil, esse quesito cor/raça não é neutro. Conforme aponta Araújo (1987, p. 15), na “sociedade brasileira a cor é a metáfora, a categoria mais frequentemente acionada para demarcar diferenças e desigualdades com base na raça. Raça aqui concebida como um fator social [...]”. Historicamente, os negros estão entre os grupos que sofrem processos de discriminação e exclusão.

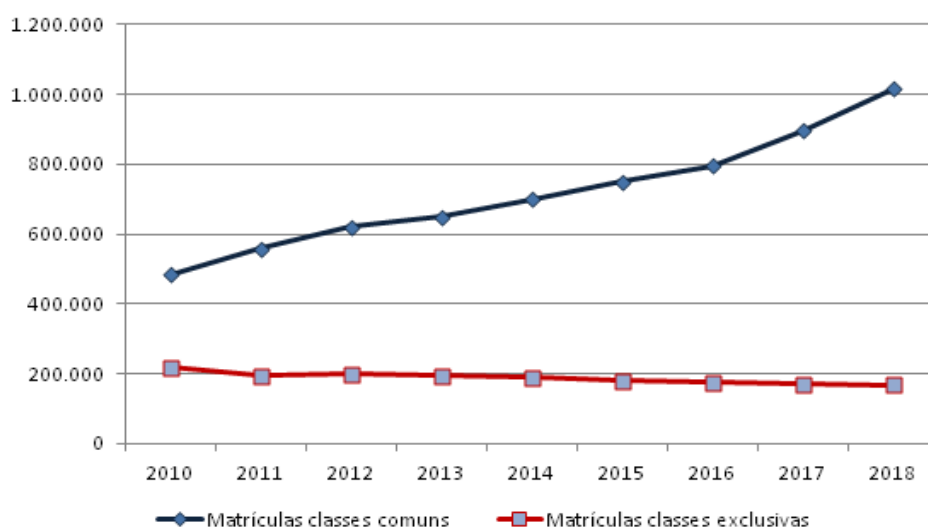
Existe ainda um número considerável de matrículas de pessoas que não declararam sua cor (28,2% do total de matrículas educação básica e 29,6% nas IES), isso, não descartando outros fatores, pode evidenciar a dificuldade de o indivíduo definir sua categoria racial em um país tão miscigenado como o Brasil. Por outro lado, o maior número de matrículas nas escolas de educação básica, 35,6%, é de pessoas que se consideram pardas, enquanto nas IES esse número representa 24%. Essa categoria já sofreu várias alterações ao longo dos censos realizados pelo IBGE, sendo o termo pardo algumas vezes relacionado à miscigenação e outras à característica de cor da pele podendo deixar confuso o respondente da pesquisa, o qual geralmente se autodeclara pardo se a sua cor de pele tiver um tom intermediário entre branco e preto. As pessoas que se consideram amarelas representam 0,3% do total de matrículas na educação básica e 1,5% nas IES, “inclui-se nesta categoria a pessoa que se declarou de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana etc.” (IBGE, 2014, p. 35).

As matrículas de pessoas que se consideram indígenas estão entre os menores percentuais registrados nas escolas brasileiras (0,6% do total de

matrículas nas escolas de educação básica e o mesmo percentual nas IES). A Constituição Federal de 1988 garante, em seu artigo 210, parágrafo 2º, aos povos indígenas o seguinte: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 2016a). Muitas comunidades contam com escolas indígenas, o que pode explicar os baixos índices de registro de matrículas dessa população nas escolas e universidades de ensino regular.

O público da Educação Especial (pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e superdotação/altas habilidades) também compõe a diversidade discente presente nos espaços educacionais registrada no Quadro 1. Nos últimos levantamentos censitários da educação básica e educação superior, o número de matrículas desse público representou 2,1% do total de matrículas na educação básica e 0,4% nas IES. Embora esses percentuais sejam baixos, desde o censo de 2010, tem-se um aumento gradativo de matrículas do público da educação especial em classes comuns da educação básica, ao mesmo tempo em que ocorre uma diminuição gradativa dessas matrículas em classes exclusivas, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Comparativo do nº de matrículas da Educação Especial em classes comuns e em classes exclusivas da Educação Básica nos últimos oito anos



Fonte: Elaboração própria com dados das sinopses estatísticas.



Além disso, o governo federal vem propondo políticas e ações afirmativas para o aumento do percentual de matrículas de pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino superior. Entre essas propostas, está o Programa Incluir, o qual tem como objetivo:

[...] fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013b).

Para atender a todos os estudantes da Educação Especial, garantindo, além do acesso ao sistema educacional regular brasileiro, também a permanência com sucesso durante toda a sua vida escolar e/ou acadêmica, é preciso conhecer esse público, suas necessidades e suas especificidades. Em relação às suas especificidades, o último censo educacional da educação básica e da educação superior analisados trazem as informações conforme Quadro abaixo:

Quadro 2 - Matrículas em classes comuns do público da Educação Especial de acordo com suas características

Número de Matrículas do público da Educação Especial em classes Comuns		
Característica	Ed. Básica 2018	Ed. Superior 2016
Cegueira	6.295	2.074
Baixa visão	74.102	11.028
Surdez	20.893	1.738
Deficiência auditiva	36.066	5.051
Surdocegueira	320	96
Deficiência física	120.705	12.775
Deficiência intelectual	659.503	1389
Deficiência múltipla	55.508	760
Transtorno do espectro autista	162.516	642
Superdotação/altas habilidades	22.161	1.202
TOTAL	1.014.661	35.891

Fonte: Sinopse estatística da Educação Básica 2018 e Sinopse estatística da Educação Superior 2016 (Elaboração própria).

De acordo com Guesser e Nuernberg (2015), o processo de inclusão ainda

está sendo incorporado pelas escolas e universidades:

Aos poucos, as escolas e universidades vêm incorporando em sua cultura o desafio de superar as barreiras físicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais que incidem sobre aqueles que apresentam uma condição distinta do ponto de vista sensorial, físico ou intelectual, de modo a assegurar em sua dinâmica de funcionamento a atenção que demandam esses estudantes, bem como o enriquecimento do grupo com a valorização das diferenças (GUESSER; NUERNBERG, 2015, p. 176).

Aos poucos, conforme ressaltam os autores supracitados, está ocorrendo um movimento de adequação da estrutura das escolas e universidades para o atendimento ao estudante com deficiência. Mas será que dá para permanecer nesse ritmo? O direito à educação está garantido pela constituição federal há trinta e um anos, está na hora de acelerar o passo rumo à inclusão de todos nos ambientes educacionais brasileiros. Mudanças efetivas são necessárias para que todos os estudantes, independente de suas especificidades, tenham uma vida escolar ou acadêmica digna, o que pressupõe acesso e permanência com qualidade e sucesso.

Apesar dos avanços registrados nos levantamentos censitários dos últimos anos, no que tange ao acesso ao sistema educacional brasileiro, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva revela que existe “o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola”. O mesmo documento normativo destaca que, nesse caso, ocorre “distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar” (BRASIL, 2008b).

Os direitos das minorias, daqueles que tradicionalmente encontram-se excluídos do sistema educacional fazem parte do debate da inclusão escolar. Isto tem se materializado em forma de leis, decretos, resoluções, portarias, normas, etc. Mas existe um descompasso entre o que está no corpo das legislações e das normas e aquilo que, efetivamente, existe de concreto na realidade (GUERREIRO, 2011, p 23).

Diante da diversidade presente no ambiente escolar e acadêmico torna-se fundamental o combate a ações excludentes nesses espaços. O primeiro passo é atender e valorizar todos os estudantes nas suas especificidades e

potencialidades, evitando, dessa forma, a discriminação. Para tanto, torna-se primordial o reconhecimento de cada um, suas motivações para a aprendizagem e suas dificuldades, sua realidade, suas necessidades, seus saberes, suas experiências, suas origens e sua história. É preciso que haja, no ambiente educacional, diálogo, ferramenta importante para o respeito às diferenças, uma vez que permite conhecer melhor o outro e refletir sobre comportamentos e valores.

Após a abordagem supracitada a respeito do corpo discente presente nas instituições de ensino brasileiras e suas especificidades, bem como a complexidade das relações que se desenham no ambiente educacional a fundamentação teórica segue nas próximas seções trazendo reflexões a respeito da Educação Inclusiva, iniciando por quem está habilitado para atuar em sala de aula acolhendo a todos, ou seja, o educador.

## **2.2 Educação inclusiva**

### *2.2.1 A docência para a Educação inclusiva*

Esta pesquisa teve como eixo basilar a realidade do educador e a presença de estudantes tão diversos em sua sala de aula, cabendo a ele o desafio de uma proposta pedagógica que atenda a todos, portanto vale aqui ressaltar a importância do seu trabalho na construção de uma educação inclusiva. Cunha (2011, p. 22) apresenta a sala de aula como um “lugar privilegiado”, uma vez que “para ela afluem as contradições do contexto social, os conflitos psicológicos, as questões da ciência e as concepções valorativas daqueles que compõem o ato pedagógico: o professor e os alunos” .

Ser educador requer desprendimento para reinventar-se e flexibilidade para acolher a todos. Assim, ao longo do seu percurso profissional, o educador vai passando por vários estágios distintos que se complementam. O educador inclusivo não vem pronto das universidades, nem tampouco torna-se inclusivo através de cursos de formação continuada (embora estes sejam fundamentais para estimular a inclusão, mostrar as ferramentas pedagógicas e metodologias

disponíveis e as barreiras que precisam ser quebradas), mas adquire essa característica enquanto exerce sua função docente com um olhar atento e sensível para a necessidade de todos os seus alunos.

O educador que exerce sua função na perspectiva da educação inclusiva precisa estabelecer com o seu fazer pedagógico o diálogo entre teoria e prática e levantar as seguintes questões: Como é feita a elaboração/desenho da metodologia didática e das ferramentas pedagógicas para atingir o objetivo que se quer alcançar? Qual é esse objetivo? O que os estudantes levam dessa aula? O que aprendem e conseguem colocar em prática? Que intervenções poderão fazer a partir deste aprendizado? Como é o contexto da sala de aula? Quem são esses estudantes? De onde eles vêm? O que trazem na bagagem? Que espaços educacionais nós queremos? E conseqüentemente: Que sociedade nós queremos? Qual a minha contribuição enquanto docente para a sociedade que queremos?

Cunha (2011) afirma o seguinte sobre o saber atribuído pelo senso comum e pelos órgãos institucionais ao exercício da docência:

Faz parte do senso comum, ratificado pelos órgãos institucionais que o professor possua um saber que lhe é próprio. Esse saber possui duas grandes direções: o domínio do conteúdo do ensino, isto é, de seu próprio objeto de estudo, e o domínio das ciências de educação que lhe permitirão compreender e realizar o processo pedagógico (CUNHA, 2011, p. 40).

Sobre o saber docente, necessário para o exercício da profissão, Tardif (2012) afirma que:

Embora os professores utilizem diferentes saberes, essa utilização se dá em função do seu trabalho e das situações, condicionamentos e recursos ligados a esse trabalho. Em suma, o saber está a serviço do trabalho. Isso significa que as relações dos professores com os saberes nunca são relações estritamente cognitivas: são relações mediadas pelo trabalho que lhes fornece princípios para enfrentar e solucionar situações cotidianas (TARDIF, 2012, p. 17).

O autor supracitado ressalta que os saberes utilizados pelos educadores no exercício de sua função nascem com e pela prática nas situações cotidianas da sala de aula, nas relações estabelecidas no ambiente escolar, assim se constituem suas práticas educacionais. É fundamental que esse espaço seja democrático a fim de garantir igualdade de direitos a todos. As práticas

pedagógicas desse profissional devem ser voltadas para a reflexão e ação, estimulando empatia, solidariedade e respeito às diferenças e, ao mesmo tempo, promovendo repúdio às atitudes de violência e exclusão. Uma prática educacional inclusiva deve promover estímulo à criatividade, desafios para a resolução de problemas e interação, tendo como foco o desenvolvimento da capacidade cognitiva, emocional e social de todos os estudantes em situação de aprendizagem.

Atualmente, nas escolas e universidades brasileiras, é possível identificar educadores que exercem sua função visando à inclusão e educadores que objetivam apenas a integração dos estudantes. O processo de integração exige que o estudante se adapte ao que está posto em sala de aula, ao contrário da inclusão em que a aula é pensada de maneira a proporcionar a todos o entendimento do conteúdo abordado. Carneiro (2013, p. 96), sobre a integração e a inclusão respectivamente, afirma que “[...] esta corresponde a um conceito seletivo de equiparação de oportunidades, aquela diz respeito a uma visão holística e inteira de cidadania, de sociedade e de condição humana”.

O educador que adota o processo de integração nem sempre o faz por negligência, mas por não saber como de fato incluir todos os estudantes em sua aula, quebrando a barreira educacional que se apresenta no momento. Espera-se, através do produto educacional delineado para esta pesquisa, contribuir para que educadores que ainda utilizam o processo de integração reflitam sobre sua prática pedagógica e passem a utilizar o processo de inclusão por esse realmente atingir a todos proporcionando o acesso à educação. Educadores que praticam uma docência voltada para a inclusão contribuem para a formação de cidadãos melhores, aqueles capazes de promover as mudanças necessárias para a justiça social. Esse educador atua em sala de aula como mediador no processo de ensino e aprendizagem, pois entende que ninguém é dono do conhecimento, porém sabe que é impossível tirá-lo de quem o adquire.

Após discorrer-se sobre a importância da docência na perspectiva da educação inclusiva a próxima subseção dará continuidade à exploração do tema educação inclusiva, agora na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a qual além de preparar os estudantes para uma atuação profissional mostrando o valor

do trabalho para a formação humana também deve proporcionar o empoderamento do trabalhador de maneira que reconheça seu potencial para transformar a realidade. A atuação do professor e demais profissionais da educação é fundamental para que as instituições que atuam na EPT cumpram seu papel na formação de cidadãos capazes de exercerem sua profissão buscando a melhoria nas condições de trabalho, o diálogo e a justiça social.

### *2.2.2 Educação Profissional e Tecnológica na perspectiva da educação inclusiva*

O trabalho faz parte da formação humana em um processo histórico e ontológico. Através do seu trabalho cada ser humano produz sua própria existência (processo ontológico) ao mesmo tempo em que gera recursos, insumos, serviços para a existência da sociedade (os conhecimentos relacionados ao trabalho e à construção da sociedade são passados de geração em geração em um processo histórico). A educação profissional constitui-se como base para a autonomia e a qualificação necessárias para o mercado de trabalho. Esse enfoque é dado em forma de lei “tanto a Constituição Federal quanto a nova LDB situam a educação profissional na confluência dos direitos do cidadão à educação e ao trabalho” (BRASIL, 1999, p. 15). Sobre a Educação Profissional e Tecnológica, a LDB (Lei de diretrizes e bases da educação nacional) define o seguinte:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. [...] § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (LDB, 2017, p. 31).

Segundo consta no artigo 36B da LDB, “A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I – articulada com o ensino médio; II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio” (LDB, 2017, p. 29). A primeira forma de educação profissional descrita trata do ensino médio integrado ou do ensino médio concomitante, no qual o estudante tem acesso ao ensino propedêutico e técnico durante sua formação. O estudante que cursa o ensino médio integrado, ao final do processo,

tem sua formação básica concluída, junto com uma formação técnica. Enquanto o estudante que cursa o ensino médio concomitante tem sua formação propedêutica na etapa do ensino médio em uma instituição de educação básica e, ao mesmo tempo, tem sua formação técnica em uma instituição de ensino profissional. Já na modalidade subsequente, o estudante tem acesso ao ensino técnico apenas após a conclusão do ensino médio propedêutico. Além dessas duas modalidades, a LDB prevê a oferta de cursos profissionalizantes abertos à comunidade conforme consta em seu artigo 42, esses são os denominados Cursos FIC (formação inicial e continuada):

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (LDB, 2017, p. 32).

O Censo escolar de 2018 da educação básica registrou um total de 2.409.021 matrículas nos diferentes cursos ofertados na educação profissional, sendo 15.799 matrículas em classes comuns de pessoas que são público da Educação Especial (EE) (INEP, 2019). As matrículas estão detalhadas conforme o público, tipo de curso e modalidades oferecidas no Quadro 3.

Quadro 3 - Matrículas da Educação Profissional registradas no Censo da Educação Básica 2018

MODALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	MATRÍCULAS GERAIS	MATRÍCULAS DA EE CLASSES COMUNS
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	505.791	4.868
Educação profissional técnica associada ao ensino médio	619.709	5.856
Curso Técnico Concomitante (Nível médio)	354.346	1.513
Curso Técnico Subsequente (Nível médio)	894.862	3.180
Curso FIC Concomitante	21.588	207
Curso FIC Integrado na Modalidade EJA	12.725	175
BRASIL	2.409.021	15.799

Fonte: Sinopse estatística da Educação Básica 2018 (Elaboração própria).

A educação profissional vai além da simples preparação para o exercício de uma profissão no mercado de trabalho, pois, mais do que formar um cidadão crítico, tem o dever de formar um cidadão interventor, conforme consta no parecer CNE/CEB nº 16, o qual dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico:

A educação profissional requer além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões (BRASIL, 1999, p.8)

Segundo Viégas e Carneiro (2003, p. 21), a educação profissional na perspectiva da educação inclusiva exige uma readequação das escolas e centros de educação profissional que oferecem essa modalidade de ensino, no sentido de mudar o foco para “compreender que o ensino não é nem um currículo fechado nem um programa pré-estabelecido, mas todo o processo de condição da aprendizagem”. Os autores trazem também “os princípios orientadores do funcionamento da escola à luz dos novos textos legais, no âmbito da Educação Profissional”, os quais seguem abaixo:

[...] a igualdade como um direito, viabilizado institucionalmente; a ética da identidade; a cidadania produtiva; a articulação entre os diferentes sistemas de ensino; a complementaridade interinstitucional; as alianças estratégicas escola/mundo empresarial/sindicatos; a gestão escolar compartilhada, envolvendo segmentos da comunidade; as aprendizagens resolutivas; os programas de ensino flexíveis; e, a avaliação não pelos conteúdos isolados, mas pelas competências desenvolvidas (VIEGAS; CARNEIRO, 2003, p. 21-22).

Na Educação Profissional, assim como na Educação Básica e Educação Superior, tem-se um corpo discente diverso, entre os quais o público da Educação Especial, conforme mostrado anteriormente no Quadro 3. A LDB, em seu artigo 59, assegura aos estudantes que fazem parte do público da Educação Especial (pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação):

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que



apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (LDB, 2017, p. 40).

Através do Decreto nº 6.949, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York em 2007, o governo brasileiro assume o compromisso de proporcionar às pessoas com deficiência oportunidade de formação profissional adequada e políticas públicas para o ingresso e permanência com êxito no mercado de trabalho. Para tanto, o decreto nº 6.949 traz, em seu artigo 27, o qual trata de trabalho e emprego, entre as medidas necessárias para este fim, o seguinte: “Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado” (BRASIL, 2009a).

Desde a aprovação do estatuto das pessoas com deficiência, lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, também conhecida como lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI), o direito à formação e atuação profissional dessas pessoas passou a ser assegurado por força de lei, obrigando empresas, escolas e a sociedade em geral a promoverem a inclusão. Entre as incumbências do poder público consta:

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas; XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento (Brasil, 2015a).

A LBI garante às pessoas com deficiência acesso aos direitos e oportunidades para a inclusão social, indo ao encontro do que pressupõe o parecer CNE/CEB, 1999, “a busca de um padrão de qualidade, desejável e necessário para qualquer nível ou modalidade de educação, deve ser associada à da equidade, como uma das metas da educação nacional” (BRASIL, 1999, p. 16). Nesse sentido, a educação profissional, para ser inclusiva e atender ao que preconiza a LBI, deve adotar uma postura flexível em relação à didática, à metodologia, ao currículo e ao tempo necessário para a aquisição dos conhecimentos para o mundo do trabalho, além de garantir a liberdade de expressão e participação ativa dos estudantes no processo de ensino e

aprendizagem, potencializando ao máximo o exercício da cidadania nesses espaços formativos. Esse é o primeiro passo de muitos que ainda precisam ser dados para que a fruição da vida em sociedade com liberdade ocorra de fato para todos.

### *2.2.3 Prática educacional inclusiva: em busca de uma definição conceitual*

A educação inclusiva pressupõe espaços educacionais inclusivos. Para Booth e Ainscow (2012), existem três dimensões que precisam ser consideradas em um projeto de inclusão escolar, as quais se sobrepõem e atuam em conjunto, são elas:

- a) Política: “Implementar políticas inclusivas – referem-se a como a escola é administrada e aos planos de mudanças”;
- b) Cultural: “Criar culturas inclusivas – culturas refletem as relações e os valores e crenças profundamente enraizados, mudar as culturas é essencial para que se sustente o desenvolvimento”;
- c) Prática: “Promover práticas inclusivas – têm a ver com o que é aprendido e ensinado e como isso é feito” (BOOTH e AINSCOW, 2012, p. 13).

A prática educacional inclusiva modifica positivamente a realidade daqueles que dela participam e do contexto onde estão inseridos. Conforme ressalta Camargo (2012, p. 15), “A busca por uma didática inclusiva não é simples, deve superar os modelos pedagógicos tradicionais enfatizando o impacto de variáveis específicas na implantação de uma educação para todos”.

Uma prática educacional se constitui em um processo bastante complexo, uma vez que exige do profissional docente planejamento, pesquisa, organização de tempo e espaço, objetivo, domínio do conteúdo, metodologia e escolha de recursos (materiais pedagógicos, mídias, tecnologias). Para ser inclusiva durante o seu planejamento o educador precisa ter em mente o contexto onde será realizada e a diversidade dos estudantes que dela irão participar, portanto tal ação pedagógica deve estar aliada a um olhar atento ao estudante, sua bagagem de

conhecimento, suas crenças e suas significações de mundo. Conforme ressalta Zabala (1998, p. 34) [...] as aprendizagens dependem das características singulares de cada um dos aprendizes; correspondem em grande parte, às experiências que cada um viveu desde o nascimento [...].

Cada estudante participante de uma prática inclusiva constrói seu conhecimento nas relações estabelecidas no ambiente educacional enquanto desenvolve uma visão mais apurada do todo e não apenas das partes. Durante esse processo de aprendizagem, identifica seu papel de agente transformador da sociedade na qual está inserido.

Buscando compreender os procedimentos necessários para a realização de uma prática educacional inclusiva, teve-se como base as informações disponibilizadas por Fávero, Mantoan e Pantoja (2004, p. 36), partindo de seus questionamentos: “Que práticas de ensino ajudam os professores a ensinar os alunos de uma mesma turma, atingindo a todos, apesar de suas diferenças? Ou, como criar contextos educacionais capazes de ensinar todos os alunos?”. As autoras respondem a esses questionamentos da seguinte forma: “Para ensinar a turma toda, parte-se da certeza de que as crianças sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe são próprios”.

Para ensinar a turma toda, deve-se propor atividades abertas e diversificadas, isto é, que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão, de conhecimento e de desempenho dos alunos e em que não se destaquem os que sabem mais ou os que sabem menos. As atividades são exploradas, segundo as possibilidades e interesses dos alunos que livremente as desenvolvem. Debates, pesquisas, registros escritos, falados, observação, vivências são alguns processos pedagógicos indicados para a realização de atividades dessa natureza (FÁVERO; MANTOAN; PANTOJA, 2004, p. 41).

O educador que se propõe a ensinar a turma toda na perspectiva da educação inclusiva constantemente se depara com alguns obstáculos que precisam ser contornados, dentre eles está o currículo. O conteúdo previsto no currículo é por vezes abstrato, nem sempre é possível em aulas práticas ou expositivas o contato com o objeto de estudo. O profissional docente precisa utilizar o seu saber de maneira criativa através dos recursos disponíveis para facilitar o entendimento do estudante. Esse processo torna-se mais desafiador ao

levar em conta a realidade do estudante com deficiência presente no contexto educacional.

Uma maneira de facilitar o entendimento de temas abstratos é utilizar a abordagem multisensorial (como o próprio nome sugere, estimula vários sentidos). O educador Eder Pires Camargo<sup>1</sup>, em entrevista à Lopes (2013), sugere a abordagem multisensorial para suprir as lacunas deixadas pela abordagem audiovisual. Sobre a abordagem audiovisual (aulas explanadas com ou sem imagens), Eder afirma que:

Tal abordagem pode limitar a aprendizagem de alunos com e sem deficiência visual. A audição e a visão permitem percepções sintéticas (que nos levam a sintetizar o que ouvimos e vemos). Por outro lado, uma abordagem multisensorial, que também considere o tato, viabiliza percepções analíticas que nos fazem construir o todo por meio da análise das partes (LOPES, 2013, s/p).

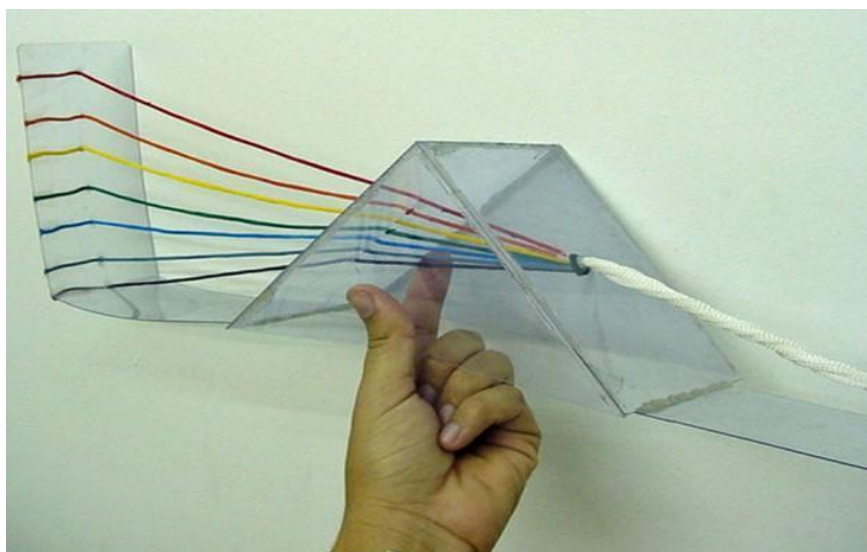
As representações audiovisuais representam uma barreira para o entendimento de estudantes com deficiência visual mesmo com o uso de maquetes, já que “códigos táteis e auditivos não veiculam informações indissociáveis de representações visuais, ou seja, tocar e ouvir nunca farão que cegos de nascimento compreendam significados como cores, transparente, opaco etc.” (Camargo, 2012, p. 62). Esse autor alerta que “a cegueira nativa em nada se assemelha à sensação visual de um vidente com os olhos vendados”. Isso ocorre porque “o cego total de nascimento não vive envolvido na escuridão, já que as ideias de claro, escuro, cores etc. não têm, para esse indivíduo, um significado visual” (CAMARGO, 2012, p. 48).

Em sua obra, Camargo (2012) apresenta vários exemplos práticos da importância da abordagem multisensorial para o entendimento de estudantes com deficiência visual. Conforme relato do momento vivenciado por um de seus licenciandos de Física ao explicar a refração da luz branca para um estudante cego de nascimento (Fotografia 1):

---

<sup>1</sup> Primeiro deficiente visual no Brasil com livre docência. Pós Doctor, atua como professor de Licenciatura em Física na Universidade Estadual Paulista (UNESP, campus de Bauru). Procura desenvolver através de suas aulas o sentimento de compromisso dos futuros professores de Física com a educação inclusiva. Fonte: Camargo (2012).

Fotografia 1 - Maquete tátil fenômeno da dispersão da luz branca



Fonte: Moreno (2013).

O-2<sup>2</sup>: Esse fio entrelaçado aqui é como se fosse a luz branca, consegue perceber? [...] A luz está entrando, você percebeu que ela está entrando, e ela passa por dentro desse material, dá para você colocar a mão por dentro desse material, e essa luz ela se separa aí dentro. [...] Então quando a gente fala em cor, as cores são cada cordinha dessas que você está sentindo, cada cordinha está representando uma cor, essas cordinhas que você está tocando estão representando cada cor do arco-íris. [...] A primeira em baixo, a primeira que você está sentindo é o violeta. Aí vai indo, tem várias cores, anil, azul, você pegou na verde, a de cima é a amarela, depois a laranja e por último a vermelha (CAMARGO, 2012, p 62).

O exemplo da abordagem multisensorial acima, descrito por Camargo (2012), ressalta que a atuação docente precisa ser capaz de romper paradigmas e atingir a todos os estudantes em sala de aula. Apesar dos desafios, a presença do estudante com deficiência dá ao educador a possibilidade de conhecer novos modelos de aprendizagem. Então esse profissional da educação ao ensinar o que aprende, ao mesmo tempo, aprende o que ensina, conforme destaca Paulo Freire em sua *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 1996).

Além da abordagem multisensorial o educador que deseja atuar na perspectiva da educação inclusiva dispõe de várias tecnologias, as quais, podem lhe servir de subsídio. Graças à comunicação em rede surgem as comunidades

<sup>2</sup> Esse código identifica o segundo (2) licenciando do grupo de óptica (O) durante atuação em estágio no curso: O outro lado da Física, criado pelo professor Eder Pires Camargo e a turma de licenciandos de 2005. Fonte: Camargo (2012).

que fortalecem a cultura participativa e produzem a inteligência coletiva, esses conceitos serão abordados na subseção seguinte.

### **2.3 Cultura participativa na educação: tecnologias conectando experiências**

É de conhecimento notório que vivemos em um mundo globalizado cuja característica mais marcante é o acesso rápido à informação. De acordo com CATAPAN (2002, p. 1), “a globalização provocada pelas novas formas de comunicação, implicadas com a linguagem digital é a grande transformação que se faz imanente no processo de produção da existência”.

No Ciberespaço (ambiente virtual da internet ou ambiente de rede), através das tecnologias da informação e comunicação, fatos verdadeiros ou não e conhecimentos são gerados e repassados instantaneamente a cada segundo, modificando o conceito de tempo, espaço, relações e transformando o modo de ser e viver no ciberespaço e na sociedade moderna.

Conforme ressaltam Cavalcanti e Nepomuceno (2007, p. 10), “pela primeira vez na história humana, temos um ambiente que permite a comunicação multidirecional à distância e em escala global”. Porém, o ciberespaço não está separado do mundo real, graças a nossa capacidade de interação e conexão, vivemos ao mesmo tempo nos dois mundos, decisões tomadas e conhecimentos adquiridos no mundo virtual influenciam o modo como nos relacionamos e vivemos no mundo real. Em tal contexto, conforme afirma Levy (2007):

Nossa relação material com o mundo se mantém por meio de uma formidável infraestrutura epistêmica e de software: instituições de educação e formação, circuitos de comunicação, tecnologias intelectuais com apoio digital, atualização e difusão contínua dos *savoir-faire*<sup>3</sup> (LEVY, 2007, p. 19).

Mas como chegamos até aqui e nos tornamos habitantes do ciberespaço? De que maneira as relações estabelecidas no ciberespaço podem contribuir com a educação inclusiva? São perguntas que fizemos durante o delineamento do produto educacional aqui apresentado, a plataforma de compartilhamento de práticas educacionais inclusivas Educacaoinclusiva.org. Para respondê-las, é

---

<sup>3</sup> Saber fazer, competência, habilidade.

preciso voltar no tempo buscando entender como se constituiu a sociedade atual, a qual pode ser denominada de sociedade da informação e comunicação.

Nos primórdios da humanidade, nossos ancestrais viviam em um ambiente inóspito, precisavam buscar água, comida, sobreviver às intempéries. Sabe-se que os seres humanos eram nômades e precisavam uns dos outros para atender às suas necessidades básicas. Assim havia uma organização, uma distribuição de tarefas, onde cada um tinha o seu papel e dava sua contribuição através do seu saber na construção de estratégias coletivas, visando à sobrevivência de todo o grupo. De lá para cá, houve muitas mudanças, dentre as quais é possível citar: a relação tempo e espaço, o ambiente de sobrevivência, as necessidades, o mundo não é mais o mesmo. Mas algo continua intacto: “Os intelectuais coletivos, isto é comunidades humanas comunicando-se consigo mesmas, pensando a si próprias, partilhando e negociando permanentemente suas relações e seus contextos de significações comuns” tornam-se mais eficientes em solucionar seus problemas e alcançar seus objetivos (LÉVY, 2007, p.170 – 171). De certa forma continuamos nômades, porém:

O espaço do novo nomadismo não é o território geoGráfico, nem o das instituições ou o dos Estados, mas um espaço invisível de conhecimentos, saberes, potências de pensamento em que brotam e se transformam qualidades do ser, maneiras de constituir sociedade. Não os organogramas do poder, nem as fronteiras das disciplinas, tampouco as estatísticas dos comerciantes, mas o espaço qualitativo, dinâmico, vivo da humanidade em vias de se auto-inventar produzindo seu mundo (LÉVY, 2007, p.15).

O Ciberespaço é o novo território do nomadismo, nele plataformas virtuais de aprendizagem, informações, entretenimento, vendas de produtos e serviços com os mais diversos temas e propostas de interação são lançadas a cada momento, modificando comportamentos e criando comunidades de acordo com os interesses gerados por elas. Cavalcanti e Nepomuceno (2007, p. 7) ressaltam o valor dessas comunidades em rede ao afirmarem que elas “são o epicentro dos projetos inovadores do futuro, sejam elas articuladas em torno de um objetivo específico, sejam desarticuladas, atuando como canais de rápida divulgação e distribuição de ideias e produtos [...]”. Jenkins, Ford e Green (2014) também destacam a importância dessas comunidades em rede:

Na medida em que a participação dentro dos públicos ligados em rede se torna uma fonte de poder discursivo e persuasivo, e na medida em que as capacidades de participar significativamente on-line estão vinculadas às oportunidades econômicas e educacionais, a luta pelo direito à participação está vinculada às questões fundamentais de igualdade e justiça social (JENKINS; FORD; GREEN, 2014, p. 241).

O ambiente virtual é democrático, o poder está na mão de quem o acessa, todos se tornam produtores de informação e não apenas consumidores estáticos de informações, produtos ou serviços pré-fabricados a sua revelia. Esse fenômeno aliado a uma série de outras transformações provocadas pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (tais como a convergência dos meios de comunicação, o desenvolvimento da cultura participativa e da inteligência coletiva), dá origem ao que Jenkins (2009, p. 327) denomina de cultura da convergência. Em seu livro 'Cultura da Convergência', o autor analisa vários fenômenos de quebra de paradigmas e mudanças sociais profundas provocadas pelas comunidades unidas em rede.

Cada caso estudado mostra o que acontece quando as pessoas com acesso a múltiplas máquinas consomem e produzem juntas, quando reúnem percepções e informações, mobilizam-se para promover interesses comuns e funcionam como intermediários alternativos, garantindo uma circulação mais ampla de mensagens importantes e conteúdos interessantes. Em vez de falar de mídia pessoal, talvez devêssemos falar em mídia comunitária - mídia que se torna parte de nossas vidas enquanto membros de comunidades, seja pessoalmente, em nível local, seja pela internet (JENKINS, 2009, p. 328).

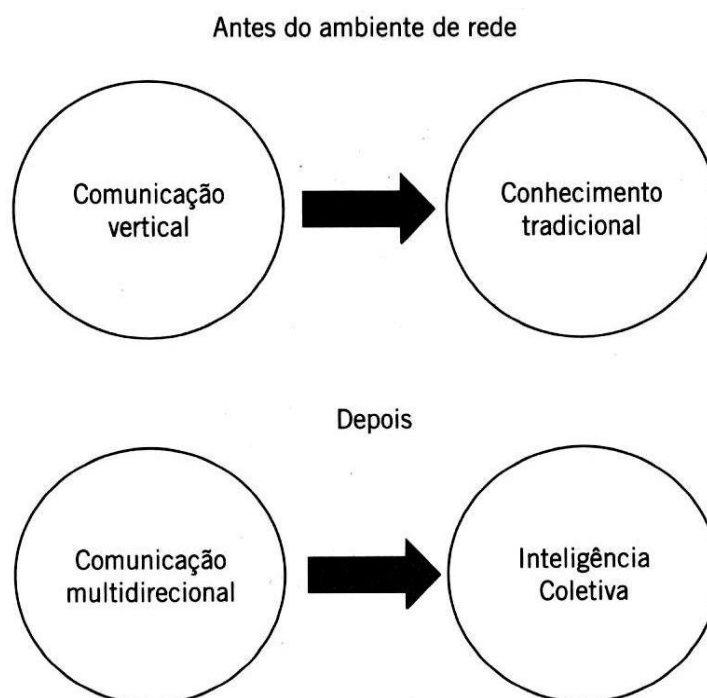
Esse ambiente de rede exige uma nova maneira de comunicação onde pessoas, culturas, interesses e informações se conectam, a comunicação deixa de ser vertical e passa a ser multidirecional modificando a forma de produção de conhecimentos.

O ciberespaço dá vez e voz a quem desejar se expressar, assim, junto com a cibercultura, também nasce a cultura da participação "e se massifica o espaço da troca em rede de muitos para muitos" (CAVALCANTI; NEPOMUCENO, 2007, p. 10).

O conhecimento agora deixa de ser transmitido de um emissor para um receptor e passa a ser gerado, modificado e expandido através de uma inteligência coletiva (Figura 1).



Figura 1 - A comunicação antes e depois do ambiente em rede



Fonte: Cavalcanti e Nepomuceno (2007, p. 8).

Cada ser humano tem sua vivência, seu conhecimento, suas ideias, sua inteligência. Segundo Lévy (2007, p. 27), “pelos competências e conhecimentos que envolve um percurso de vida pode alimentar um circuito de troca, alimentar uma sociabilidade de saber”, assim os saberes tornam-se comuns através das inteligências coletivas. O autor ressalta ainda que “o coletivo inteligente não submete nem limita as inteligências individuais; pelo contrário, exalta-as, fá-las frutificar e abre-lhes novas potências” (LÉVY, 2007, p. 94).

A importância dos fatos trazidos pelos autores supracitados revela a necessidade de se explorar a cultura participativa e a inteligência coletiva nos espaços educacionais. O produto educacional apresentado nesta pesquisa compreende um desses espaços de troca, uma vez que permite a valorização do trabalho docente, o saber fazer e, ao mesmo tempo, possibilita tornar esse conhecimento maior, mais abrangente, formando uma inteligência coletiva. Cada educador, ao se apropriar do saber fazer do outro, modifica esse saber fazer, traz para a sua realidade, a sua sala de aula, a sua comunidade, e esse saber fazer compartilhado tem potencial para tornar-se agente de transformação de realidades

concretas. Tal produto educacional é democrático, pois permite o compartilhamento de conhecimento e a interação entre educadores, famílias e comunidade na busca de uma escola mais inclusiva. Além disso, constitui-se em uma tecnologia social, conceito que será explorado logo a seguir.

### 2.3.1 Tecnologias sociais

Diante das demandas sociais emergentes nos dias atuais, faz-se necessário o engajamento das instituições acadêmicas na promoção de conhecimentos socialmente significativos e de tecnologias que atendam tais demandas, são as chamadas tecnologias sociais. Segundo Juliani (2015, p. 86) “[...] ao longo do tempo, a universidade passou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa e os intercambia com a sociedade de forma interativa. Dessa forma, oxigena a vida acadêmica”. A respeito das tecnologias sociais Seixas *et al.* (2015, p. 2680) afirma que “a união de saberes acadêmicos e populares é a chave para o entendimento deste conceito, o qual possui baixo custo de implementação e alto potencial transformador [...]”. Os autores apontam o impacto da tecnologia social para o desenvolvimento:

[...] pois através dela é visível a transformação social, a participação direta da população, o sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, o atendimento de necessidades sociais, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a organização e sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes, sejam acadêmicos ou populares, a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, a procura por soluções coletivas, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos (SEIXAS *et al.* 2015, p. 2687).

As instituições voltadas para o desenvolvimento de tecnologias sociais pressupõem uma cultura organizacional para a inovação, neste caso inovação social. Juliani (2015, p. 83) aponta as “determinantes da cultura organizacional para a inovação”, são elas: “estratégia, estrutura, mecanismos de suporte, comportamento e comunicação”. A respeito da cultura organizacional das universidades, o autor faz a seguinte consideração:

A diversidade de atribuições das universidades e o trabalho vasto das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, permeado pela questão política, fazem com que a cultura organizacional desta instituição seja uma das mais intensas frente a outros tipos de organização (JULIANI, 2015, p. 94).

Diante do exposto, pode-se considerar que o conceito de tecnologia social está atrelado ao conceito de inteligência coletiva e cultura participativa, uma vez que esse tipo de tecnologia exige a participação da sociedade na construção de conhecimentos necessários para a solução de seus problemas, ou seja, demanda “sujeitos ativos em busca da realização daquilo que realmente consideram importante e com que se identificam” (SEIXAS *et al.*, 2015, p. 2683).

As plataformas colaborativas, as quais serão abordadas na subseção seguinte, também podem ser resultado da união entre universidade e sociedade constituindo-se em inovação social.

### *2.3.2 Plataformas colaborativas: base de conhecimentos*

Com os avanços tecnológicos deste século, as plataformas digitais estão cada vez mais presentes para o uso da sociedade em geral. Plataformas são sistemas que permitem centralizar, organizar e distribuir informações de uma maneira sistematizada. Apresentam várias funcionalidades, entre elas o compartilhamento de informações e a interação entre pessoas com objetivos ou afinidades comuns.

Nos dias atuais, a tecnologia torna-se a grande aliada da Educação, facilitando o processo de ensino e aprendizagem e exigindo de instituições educacionais, de governos e de educadores uma nova postura, deixando metodologias arcaicas de lado e buscando novas formas de interação, conexão e construção de conhecimento.

Aquela ideia de uma sala de aula com os alunos sentados anotando o que o professor escreve na lousa já não condiz mais com a realidade educacional. Primeiro foram as multimídias, como o Data show, e agora cada vez mais novas tecnologias, desde computadores até smartphones, vão deixando para trás o modelo tradicional de ensino (MEDEIROS; MEDEIROS, 2018, p. 2).

Embora necessário esse processo de mudança através da incorporação das inovações tecnológicas nos sistemas educacionais não é simples, além da mudança de postura supracitada, exige uma nova estrutura e organização dos espaços educativos. Medeiros e Medeiros (2018, p. 2) apresentam desafios a serem superados nesse processo, entre os quais estão “a própria concepção de educação, passam pela formação dos professores e a metodologia a ser utilizada na escola e se estendem à implementação de políticas públicas que possam garantir o acesso destas ferramentas”. Plataformas colaborativas educacionais são ferramentas importantes para a Educação Inclusiva, pois promovem interações e possibilitam o uso de tecnologias que facilitam o processo de ensino e aprendizagem.

Sobre a importância de experiências de mídia-educação no processo educativo, Fantin (2006) ressalta “a emergência de novas tecnologias e dos novos cenários de ação em que ocorrem as diversas formas de interação, socialização e aprendizagens [...]”, o que repercute na prática pedagógica e nos resultados obtidos em sala de aula (FANTIN, 2006, p. 18). Para tanto, conforme destacam Medeiros e Medeiros (2018):

É preciso que os professores estejam preparados para o uso da tecnologia no ambiente escolar e conhecer, na medida do possível, as diferentes plataformas existentes e o que elas podem oferecer de melhoria para as condições de ensino e aprendizagem (MEDEIROS; MEDEIROS, 2018, p. 3).

O uso de plataformas educacionais pelos educadores, como a plataforma Educacaoinclusiva.org proposta como produto educacional desta pesquisa, promove, além da interação com seus pares, a troca de informações, trazendo a possibilidade de reflexão sobre suas estratégias pedagógicas e subsídios para enriquecer suas aulas, tornando-as mais significativas, criativas e inclusivas. Assim, através do compartilhamento de práticas pedagógicas, forma-se uma rede ampliada de saberes compartilhados.

A fundamentação teórica aqui apresentada teve a intenção de explorar o tema Educação Inclusiva na sua essência partindo-se dos atores responsáveis pela sua realização (educadores e estudantes), trazendo também um olhar sobre a realidade atual, a importância do uso das tecnologias disponíveis para um

contexto educacional inclusivo e a necessidade de valorização do profissional docente. Na seção seguinte tem-se de maneira detalhada a metodologia utilizada e desdobramentos da pesquisa aqui realizada.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo geral desta pesquisa, foi utilizado um conjunto de procedimentos metodológicos, os quais serão aqui detalhados.

#### 3.1 Caracterização e tipo de estudo

A pesquisa bibliográfica permitiu fazer uma análise das leis, diretrizes e normas que definem a educação como direito de todos e que, portanto, deve ser inclusiva, ressaltando sua importância em todos os níveis e modalidades de ensino. Através da pesquisa bibliográfica, buscou-se entender como uma prática educacional inclusiva se constitui, ou seja, quais são os elementos centrais que a caracterizam. Este tipo de pesquisa também permitiu conhecer algumas especificidades dos estudantes presentes no sistema educacional brasileiro.

A pesquisa realizada pode ser definida ainda como pesquisa participante, uma vez que a pesquisadora, também docente, participou ativamente junto com os demais educadores gerando os dados que seriam aqui utilizados. Sua participação se deu através da utilização do produto educacional, compartilhamento de sua prática e envolvimento direto em algumas práticas compartilhadas por seus pares. Assim foi possível pesquisar a prática docente pelo viés da própria docência. Oliveira (2016, p. 81) discorre sobre o instrumento de pesquisa da observação participante ressaltando que “essa participação pode ser mais intensa quando o pesquisador é parte integrante do grupo pesquisado, ou seja, quando se identifica com esse grupo pelo cotidiano da vida, das ações e aspirações”.

Trata-se de uma pesquisa aplicada uma vez que este tipo de pesquisa “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51).

A abordagem qualitativa foi utilizada para a compreensão do problema de pesquisa, ou seja, a identificação de experiências educacionais inclusivas que estão sendo desenvolvidas pelos educadores para atender a todos os estudantes inseridos no sistema educacional brasileiro.

### 3.2 Participantes

Os protagonistas que compõem o universo desta pesquisa são educadores que realizaram práticas educacionais inclusivas estando dispostos a compartilhá-las, entendendo a importância deste compartilhamento para multiplicar ações pedagógicas que facilitem a inclusão. Os detalhes a respeito dos usuários que se cadastraram, foram colaboradores de práticas ou visitaram a plataforma estão descritos no item 5.1 (Dados das experiências coletadas).

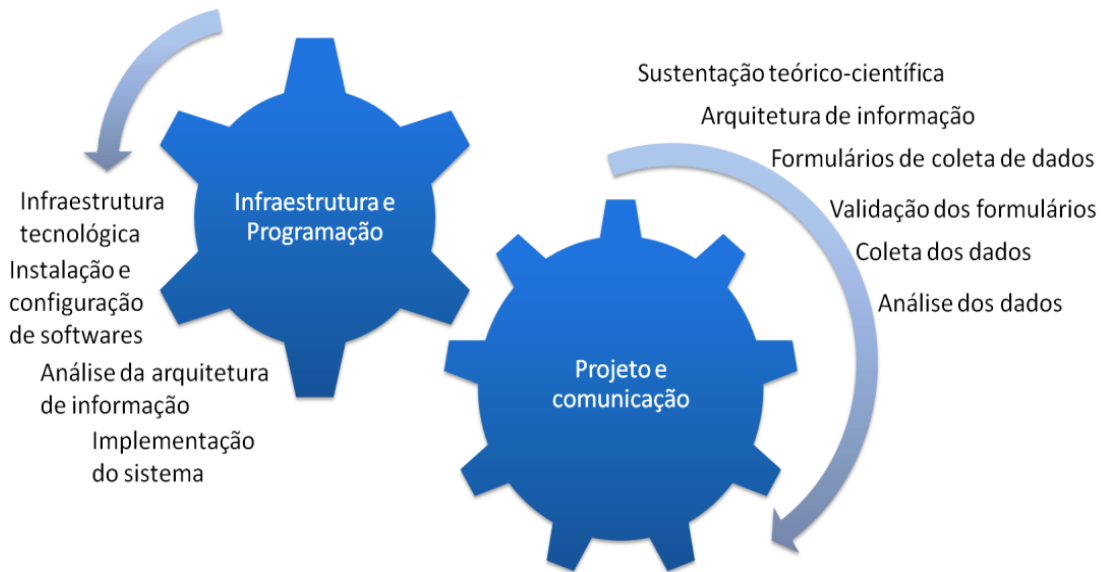
### 3.3 Dimensões do trabalho e agentes envolvidos no desenvolvimento do produto educacional

O desenvolvimento do produto educacional exigiu uma estrutura ampla, além da pesquisa aqui realizada, uma equipe multidisciplinar de pesquisadores atuou de modo complementar, por meio de outro projeto, o qual está registrado junto à Pró-Reitoria de Pesquisa do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) com o número 27/FC/PROPPI/2018. Esta equipe trabalhou na implementação das demandas computacionais (infraestrutura e tecnologia).

Foram integradas diferentes tecnologias de código aberto, em especial, sistemas de gerenciamento de conteúdo e respectivos *plugins* para funcionalidades adicionais específicas. Utilizou-se o *Wordpress* como sistema de gerenciamento de conteúdo cujo código fonte sofreu diversas adaptações ao longo do desenvolvimento tecnológico da plataforma.

A plataforma Educacaoinclusiva.org demandou, em sua construção, duas dimensões de trabalho: uma denominada de Infraestrutura e Programação, com atividades predominantemente computacionais (infraestrutura tecnológica, configuração de softwares, customização de sistemas), e outra denominada Projeto e Comunicação, onde as atividades foram de concepção, elaboração e estruturação, tais atividades foram desenvolvidas de modo interdependente estando relacionadas entre si (Figura 2).

Figura 2 - Visão estrutural das dimensões de trabalho envolvidas na construção do produto educacional



Fonte: Elaboração própria

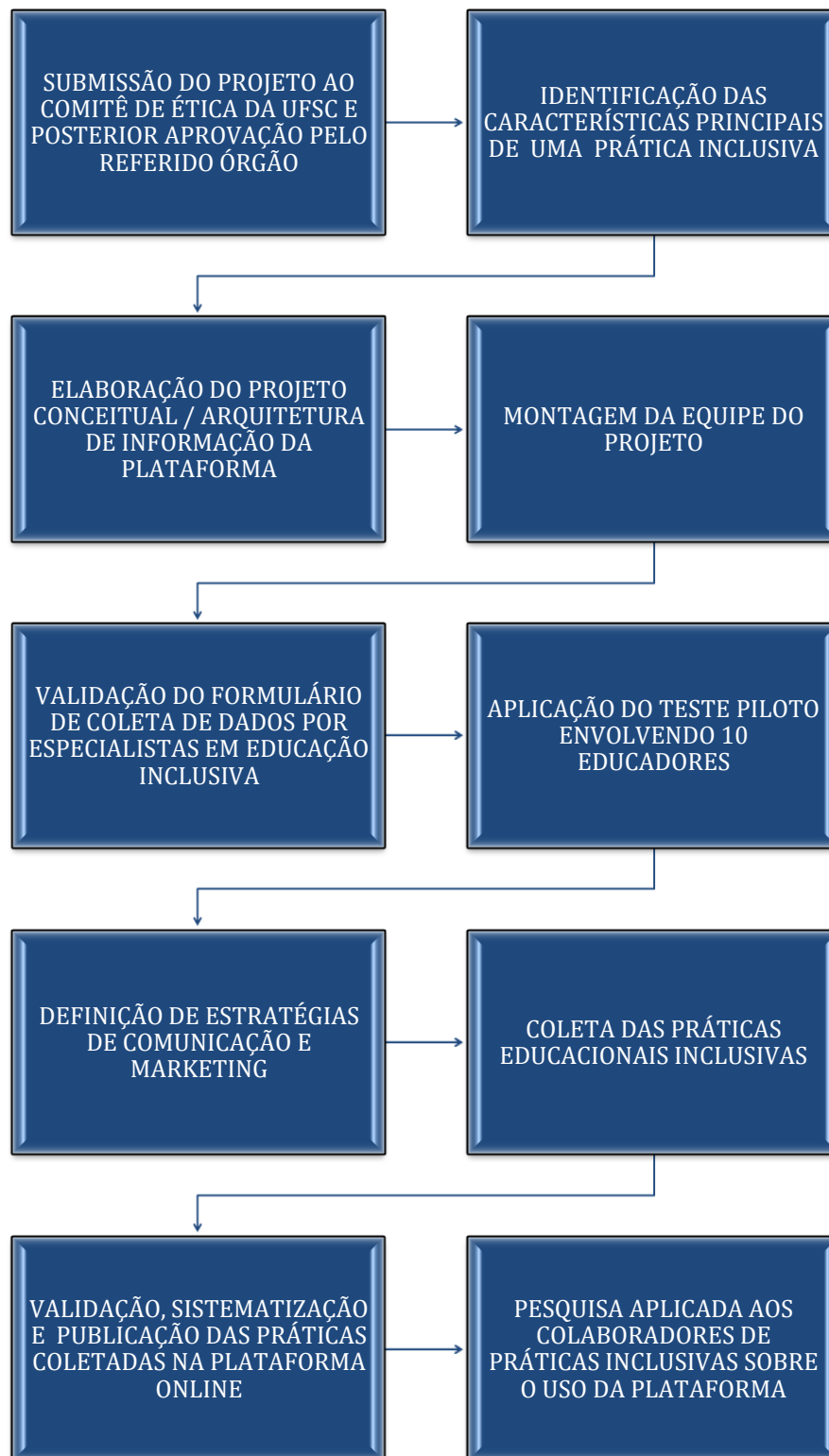
Esta pesquisa foca-se nos aspectos não computacionais da dimensão do Projeto e Comunicação, que compreende, dentre outras ações, o suporte a definição da arquitetura de informação, a elaboração e validação do instrumento de coleta de dados do sistema, a aquisição dos dados iniciais, a busca pelas práticas educacionais inclusivas a serem compartilhadas, análise e validação das práticas compartilhadas, divulgação, estratégias de marketing, entre outras atividades necessárias para a realização, implementação e aplicação do produto educacional. Tais atividades ocorreram entrelaçadas progressivamente ao desenvolvimento técnico do sistema computacional.

### 3.4 Etapas da pesquisa, instrumentos e estratégias para coleta de dados

A realização deste trabalho envolveu várias etapas desde a concepção do projeto inicial até a entrega da plataforma Educacaoinclusiva.org para uso da sociedade, as quais estão detalhadas no Fluxograma 1 linearmente, apenas de modo ilustrativo, uma vez que não existiu a necessidade de terminar uma etapa para dar início à outra durante todo o trajeto percorrido para a realização desta pesquisa.



Fluxograma 1 - Etapas percorridas desde o projeto inicial



Fonte: Elaboração própria.

Inicialmente o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Santa Catarina e teve a aprovação do referido órgão para sua realização.

Buscou-se ao longo da pesquisa identificar na literatura e nas práticas coletadas elementos que pudessem caracterizar uma prática educacional como inclusiva. Essa etapa foi fundamental para orientar o desenvolvimento da plataforma.

Durante a elaboração do projeto conceitual e arquitetura de informação, foi feito um esboço do formulário de coleta de dados e das telas do sistema, em especial do cadastro de prática, foco desta pesquisa. Concomitantemente, foi definida a equipe que atuaria na dimensão de infraestrutura e programação, ou seja, na construção e implementação dos aspectos tecnológicos. Este processo ocorreu através de um projeto paralelo, o qual foi descrito anteriormente no item 3.3 (Dimensões do trabalho e agentes envolvidos no desenvolvimento do produto educacional).

Os dados foram coletados por meio de formulário online, o qual foi submetido à apreciação de especialistas em educação inclusiva. A cada nova funcionalidade projetada/construída, em especial o formulário de cadastro de prática e as páginas informativas com detalhes sobre o foco/escopo, especialistas em educação inclusiva analisaram e sugeriram melhorias que foram incorporadas à plataforma. Antes de preencher o formulário, os respondentes têm acesso a um termo de consentimento livre e esclarecido para leitura e aceitação. Este documento contém informações fundamentais sobre os procedimentos adotados durante a pesquisa, a importância de sua participação e a garantia de condução da pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 510/16, do Conselho Nacional de Saúde que trata dos princípios éticos e da proteção aos participantes de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (BRASIL, 2016b).

A fim de testar a usabilidade da plataforma, foi realizado um teste piloto junto a dez educadores que inseriram suas práticas inclusivas e também deram sugestões para a melhoria de sua funcionalidade, as quais foram acolhidas.

A coleta de dados (práticas) a partir do teste piloto trouxe lições aprendidas que também foram incorporadas à plataforma. Dentre elas, destaca-se o aspecto

comportamental referente à dificuldade dos educadores em destinarem seu tempo para registrarem suas experiências na plataforma. Com base nestes aprendizados vivenciados no decorrer das etapas supracitadas, variadas estratégias de comunicação e marketing foram empreendidas para fomentar a coleta dos dados e dar maior suporte ao cadastro das práticas. Assim, surgiu o projeto de extensão Caçadores de inclusão, registrado junto a Pró-Reitoria do IFSC sob número PJ193-2019, com o objetivo principal de estruturar e mobilizar uma rede de colaboradores voluntários, os “caçadores”, com a função essencial de auxiliar a inclusão por meio da divulgação, coleta e disponibilização de práticas educacionais inclusivas na plataforma Educacaoinclusiva.org. Além desse projeto foi lançado o Edital Proen Nº 002/2019 compartilhamento de práticas educacionais inclusivas, o qual tem como objetivo incentivar o desenvolvimento, registro e compartilhamento de práticas educacionais inclusivas realizadas pelos educadores nos campus do IFSC a fim de valorizar, sistematizar e estimular tais ações no âmbito da educação profissional.

Complementarmente outras estratégias para coleta de dados foram empreendidas. Ao longo da pesquisa, a plataforma foi apresentada durante as formações continuadas de educadores da rede municipal de Florianópolis e em vários eventos relacionados à educação inclusiva cujo público era formado por educadores, pais e membros da comunidade interessados no tema inclusão. Esse contato foi bastante profícuo, pois, além da oportunidade de divulgação, possibilitou a coleta de sugestões de melhoria de funcionalidade e usabilidade da plataforma. Uma das sugestões colhidas foi a implementação de um espaço para a divulgação de notícias relacionadas à temática da inclusão. A partir desses encontros, também ficou claro que não bastaria desenvolver e implementar uma ferramenta de compartilhamento de práticas educacionais inclusivas se esta por si só não fosse acessível a todos.

Na intenção de identificar a percepção do uso da plataforma Educacaoinclusiva.org como ferramenta auxiliar no processo de inclusão dos estudantes nas escolas e universidades e visando também colher possíveis sugestões de aprimoramentos do uso da plataforma pelos educadores foi enviado aos colaboradores de práticas via e-mail um formulário de avaliação o qual será

apresentado devidamente respondido na seção destinada ao resultado da pesquisa (no item 5.4.2 Percepções dos usuários colhidas através do formulário de avaliação).

As seções seguintes estão destinadas à apresentação do produto educacional, bem como as ações realizadas para tornar seu uso possível pelos educadores brasileiros que compartilharam suas práticas e aqueles que acessaram esta ferramenta para conhecer as práticas ali compartilhadas e usufruir de suas funcionalidades.

## 4 PRODUTO EDUCACIONAL: PLATAFORMA EDUCACAOINCLUSIVA.ORG

A plataforma Educacaoinclusiva.org conta com um conjunto de ferramentas e recursos que permitem o compartilhamento contínuo e a busca rápida das práticas cadastradas (Figura 3).

Figura 3 - Imagem da plataforma Educacaoinclusiva.org



Fonte: Educacaoinclusiva.org

Seu layout está dividido em duas partes, a parte superior relacionada à ideia de compartilhamento e a parte inferior foi pensada para remeter o usuário à alegria do trabalho conjunto, à riqueza do compartilhamento de saberes, ali estão os bonecos de massinha personagens do vídeo de divulgação<sup>4</sup> da plataforma disponível no youtube, os quais representam a diversidade dos estudantes presentes em sala de aula. O botão compartilhe sua experiência leva em um primeiro acesso ao cadastro do usuário na plataforma, porém, se o usuário já

<sup>4</sup> Este vídeo será detalhado na seção 4.1.1 Material de divulgação.

estiver logado no sistema, este mesmo botão o leva direto para a página de registro de práticas. No menu superior tem-se, além do nome da plataforma, uma seção “sobre o projeto”, a qual traz dados sobre a origem da plataforma, a equipe desenvolvedora, o conceito de práticas inclusivas considerado para esta pesquisa, uma seção para registro das parcerias, outra seção Na mídia clipping (com divulgação da plataforma pela mídia), outra de materiais para uso dos caçadores de inclusão (material de divulgação, tutoriais para preenchimento e compartilhamento das práticas inclusivas) e também o contato da equipe desenvolvedora (Figura 4).

Figura 4 - Imagem da seção Sobre o projeto

**Educação Inclusiva** | SOBRE O PROJETO | NOTÍCIAS | ACESSE SUA CONTA | CADASTRE-SE

Você está em: [Início](#) > Sobre

## Sobre

A educaçãoinclusiva.org nasceu de um projeto de mestrado e está se tornando ações com vários membros envolvidos. Esta plataforma é produto de um projeto de pesquisa que envolve diversos pesquisadores e teve origem no tema da dissertação da pesquisadora Elaine Seiffert, sob orientação do professor Dr. Douglas Paulesky Juliani, do Curso de Pós-Graduação strictosensu, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional realizado através do Centro de Referência em Formação e EaD (CERFEAD) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

A plataforma está sendo desenvolvida por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores que atuam no projeto registrado junto a Pró-Reitoria de Pesquisa do IFSC sob número 27/FC/PROPP/2018. Outras ações tem surgido a partir da proposta inicial, incluindo projetos de extensão, trabalhos de conclusão de curso etc. São novas frentes de atuação relativas a plataforma que agregam as atividades em desenvolvimento frente as proporções que ela tem atingido.

### Objetivo

Coletar e socializar em tempo real práticas educacionais inclusivas para auxiliar educadores a aprimorarem suas estratégias pedagógicas de modo a contribuir com que a inclusão se efetive no ambiente educacional. Para entender melhor, assista abaixo a reportagem do [Jornal do Almoço](#) sobre nossa plataforma.

Fonte: [EducacaoInclusiva.org](http://EducacaoInclusiva.org)

Outro setor importante da plataforma é o item “Notícias”, onde são divulgadas notícias relacionadas à inclusão de uma maneira geral, as quais recebem um link de acesso podendo ser compartilhadas através das redes sociais (Figura 5). Assim, pode-se afirmar que este trabalho resultou em uma plataforma dinâmica, funcional e que está sempre em construção a cada prática ali

compartilhada e a cada acesso para conhecer o que esta ferramenta de inclusão pode oferecer.

Figura 5 - Imagem da seção Notícias

**Educação Inclusiva** SOBRE O PROJETO | NOTÍCIAS | ACESSE SUA CONTA | CADASTRE-SE

Você está em: [Início](#) » Notícias

---

### Lista de Notícias

**A Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Florianópolis realiza a 30ª edição da Feira da Esperança**

30ª edição da Feira da Esperança realizada pela Apae Florianópolis neste final de semana

Compartilhe:

[f](#) [whatsapp](#) [twitter](#) [+](#)

Autor: [Alexandra Grasielle Batista](#) - Publicado em: 11/07/2019

---

**A Importância do Cadastramento das Pessoas com algum tipo de Deficiência no Senso Brasileiro feito pelo IBGE .**

Se as Pessoas com Deficiência são cadastradas pelo Senso há uma Visibilidade maior para elas e assim possibilita a melhora na Inclusão das mesmas no País. O Censo pesquisa por exemplo: temas como características dos domicílios, identificação étnico-racial, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, deficiência, deslocamento para estudo, trabalho e rendimento, e é realizado pelo Instituto [...]

Compartilhe:

[f](#) [whatsapp](#) [twitter](#) [+](#)

Autor: [Alexandra Grasielle Batista](#) - Publicado em: 03/07/2019

---

**Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS participa de concurso internacional de Tecnologia Assistiva – Vote no projeto do CTA**

O CTA, Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul) está participando de um concurso internacional de tecnologia assistiva com um produto concebido de forma colaborativa no 1º Desafio Criativo do IFRS. Participe, vote e ajude o CTA-IFRS a ter este reconhecimento internacional. O CTA é nosso!

Fonte: [Educacaoinclusiva.org](http://Educacaoinclusiva.org)

Entende-se que, por ser uma ferramenta que tem a intenção de ajudar a fomentar a educação inclusiva, a plataforma [Educacaoinclusiva.org](http://Educacaoinclusiva.org) precisa ser acessível a todos. O primeiro passo dado na promoção da acessibilidade digital foi entender que a construção da plataforma deveria levar em consideração os princípios do desenho universal, ou seja, deveria permitir acesso à informação de maneira clara e também possibilidade de interação a todos os usuários. Um ambiente digital acessível deve seguir o Modelo de Acessibilidade em Governo

Eletrônico (eMAG<sup>5</sup>). De acordo com o e-MAG, “os elementos padronizados de acessibilidade são: Teclas de atalho; Primeira folha de contraste; Barra de acessibilidade; Apresentação do mapa do sítio; Página com a descrição dos recursos de acessibilidade” (BRASIL, 2014b, p. 84). O processo de acessibilidade digital ainda está em andamento, no momento, esta plataforma permite o uso de teclas de atalho, é legível para softwares leitores de tela, proporcionando o acesso às pessoas com deficiência visual. As teclas control + e control – alteram o zoom da tela, permitindo a leitura para pessoas com baixa visão e a letra é sem serifa (o que facilita a legibilidade). Uma pequena explicação sobre o conceito de prática educacional inclusiva considerado para esta pesquisa está disponível também em Libras (Figura 6).

Figura 6 - Imagem da descrição de prática inclusiva em Libras

Que tal compartilhar sua prática educacional inclusiva e contribuir para que a inclusão aconteça cada vez mais?

Uma prática educacional inclusiva onde todos(as) estudantes acessam e participam da aprendizagem, promove colaboração, participação democrática, empatia, ética nas relações, solidariedade, proatividade, respeito à diversidade, cuidado com as pessoas e com o ambiente, sustentabilidade, confiança e cidadania.

ACESSÍVEL EM LIBRAS

Práticas compartilhadas:

Encontrar por: Público atendido

Fonte: Educacaoinclusiva.org

<sup>5</sup> Criado em 2004 para promover acessibilidade digital nos sites do governo brasileiro e de Instituições Federais, o eMag teve como base normas de acessibilidade digital presente em outros países (BRASIL, 2014b).



Os sujeitos da pesquisa acessam o link [educacaoinclusiva.org](http://educacaoinclusiva.org) via navegador de internet, clicam na seção “cadastre-se” e realizam o cadastro rapidamente, adquirindo usuário (*login*) e senha, informam a instituição em que estão vinculados e enviam suas contribuições (Figura 7). Mediante *login* e senha o usuário pode compartilhar quantas práticas desejar. Durante o cadastro, tem-se o acesso ao termo de consentimento livre e esclarecido, o qual deve ser aceito para dar prosseguimento ao registro de práticas na plataforma.

Figura 7 - Imagem cadastro de usuários na plataforma

**Cadastro**

**Nome completo**

**E-mail \***

**Telefone**  
Não esqueça de preencher o código de área no formato (xx)xxxxxxx

**Senha \***

**Instituição em que trabalha**

- Escola pública municipal
- Escola pública estadual
- Instituto Federal
- Outras:

Declaro que li e aceito as condições do site \*

Esta pesquisa considera uma prática educacional inclusiva aquela que permite o acesso ao processo de ensino/aprendizagem, bem como, aquisição de conhecimento a todos os/as estudantes que dela participam, ou seja, não deixa ninguém de fora. Uma prática educacional inclusiva também ocorre quando promove entre todos os que dela participam: colaboração, participação democrática, empatia, ética nas relações, solidariedade, proatividade, respeito à diversidade, cuidado com as pessoas e com o ambiente, sustentabilidade, confiança e cidadania.

[Leia o Termo de consentimento livre e esclarecido](#)

**CADASTRAR NOVO USUÁRIO**

Fonte: [Educacaoinclusiva.org](http://Educacaoinclusiva.org)

Caso o usuário já esteja cadastrado, para compartilhar sua prática, ele deve clicar em “acesse sua conta”, fornecer *login* e senha e prosseguir com o registro. Se o usuário perder sua senha, é possível recuperá-la clicando em “Perdeu a

senha?”. Para recuperar a senha, basta fornecer o e-mail e o sistema envia um link para a criação de uma nova senha (Figura 8).

Figura 8 - Imagem recuperação de senha

Fonte: Educacaoinclusiva.org

Após o cadastro, é possível o compartilhamento de práticas educacionais inclusivas. Considera-se esta uma etapa primordial para a pesquisa, os espaços para preenchimento foram elaborados contendo um conjunto de orientações para nortear a descrição da experiência educacional.

Durante a descrição da prática, o educador deve atribuir-lhe um título que a identifique e responder às questões relacionadas ao público atendido, série, ano ou fase em que a prática ocorreu, conteúdo abordado, procedimentos metodológicos, materiais e tecnologias utilizadas, resultados alcançados e, se desejar, pode informar algum detalhe, recomendação ou dica que considera importante a respeito de sua prática (Figuras 9 e 10). Geralmente o educador, ao realizar sua prática educacional inclusiva, não lhe atribui um título, o preenchimento deste campo na plataforma o faz refletir sobre sua ação pedagógica buscando um título claro e conciso que a defina. Após adicionar o título à prática a ser compartilhada, o educador, inicia o detalhamento da mesma (Figura 10).

Figura 9 - Imagem do início do registro de prática na plataforma

Projeto Educação Inclusiva

Painel

Práticas

Lista de relatos

Novo relato

Modalidade de ensino

Nível de Ensino

Estado

Público da EE

### Compartilhando sua experiência educacional inclusiva

Adicionar título

Imagem destaque

[Selecionar imagem destaque](#)

Identifique a modalidade/nível de ensino:

Primeiro, identifique a modalidade e o nível do ensino em que esta prática educacional inclusiva ocorreu:

Modalidade de Ensino: Educação Regular

Nível de Ensino:

- Nenhum
- Educação Infantil
- Ensino Fundamental

Responsável(eis) pela prática

*Informe o(s) responsável(eis) pela prática (separados por vírgula)*

Fonte: Educacaoinclusiva.org

Durante o preenchimento da prática, o educador pode salvar como rascunho a qualquer tempo e posteriormente completar sua descrição e enviar para a revisão. As práticas enviadas pelos educadores passam por um processo de análise da equipe técnica antes da publicação. Esse recurso, além de evitar publicações indevidas ou não aderentes ao escopo da plataforma, possibilita a coleta de informações junto aos colaboradores cujas práticas registradas necessitem de maior detalhamento. Há, portanto, a possibilidade de contato com os educadores para entrevistá-los a fim de conhecer mais a fundo seu trabalho e elucidar questões que não foram explicitadas no momento da redação da prática

via formulário disponibilizado. Esse procedimento também é importante para assegurar que a prática seja publicada de maneira a ser compreendida pelo educador leitor. Caso seja enviada alguma prática educacional que não seja considerada inclusiva, e após contato com o educador que a enviou realmente se constate que tal prática não atende aos critérios estabelecidos para publicação na plataforma, a equipe agradece o envio da prática e explica o motivo para a recusa da publicação.

Figura 10 - Imagem do detalhamento da prática a ser compartilhada

Projeto Educação Inclusiva 0 Novo

Painel

Práticas

Lista de relatos

Novo relato

Modalidade de ensino

Nível de Ensino

Estado

Público da EE

Qual a série/ano/fase em que a prática inclusiva ocorreu?

Exemplo:  
1º ao 9º ao do Ensino Fundamental.  
1º fase do ensino técnico.

Qual foi o conteúdo abordado?

Descreva os procedimentos metodológicos.

Materiais e tecnologias utilizadas como por exemplo: papel, caneta, tablet, computadores, bengalas etc.?

Quais os resultados alcançados?

Se desejar nos informar mais algum detalhe sobre a sua prática inclusiva

Fonte: Educacaoinclusiva.org (Adaptado pela autora).

Para auxiliar os educadores no registro de suas práticas, foi disponibilizado

na plataforma um vídeo tutorial<sup>6</sup> que explica passo a passo como fazer o registro.

É permitido o uso de imagens que ilustrem a prática, porém é vetada a identificação dos estudantes, sendo as imagens tratadas para preservar a identidade dos mesmos. Na plataforma, além do educador preencher os campos do formulário, existe a possibilidade de enviar materiais no formato PDF e vídeos relacionados à sua prática (Figura 11). Para disponibilizar quantos vídeos desejar, basta que o educador insira o link do vídeo disponível na plataforma youtube.

Figura 11 - O portal secreto: vídeo compartilhado na plataforma



Fonte: Educacaoinclusiva.org

Usuários ou visitantes podem consultar as práticas registradas, as quais estão disponíveis para consulta pública, sem a necessidade de cadastro prévio, bastando apenas acessar o link da plataforma (<http://Educacaoinclusiva.org/>) e clicar no título da prática que desejar obter maiores informações (Figura 12).

<sup>6</sup> O vídeo tutorial está disponível na seção caçadores de inclusão no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=yH3khRcCejo&feature=youtu.be> e também na página de compartilhamento de práticas.

Figura 12 - Visualização das práticas compartilhadas na plataforma

**Práticas compartilhadas:** Encontrar por: Público atendido ▼

### Na trilha da cidadania



Subindo o Morro do Lampião, os Professores Cleber de Educação Física e Alyne (pedagoga) fizeram junto com sua turma a trilha da cidadania. Durante o trajeto resgataram histórias e raízes, analisaram o relevo, cuidaram da natureza e trabalharam em equipe. No topo do Morro do Lampião a visão é outra, é privilegiada, é mágica, vê-se todo o contexto onde se está inserido.

### O outro lado da Física



O professor Eder Pires de Camargo (deficiente visual) lança para seus licenciandos de Física o desafio de ensinar na perspectiva da educação inclusiva. Assim nasce o curso 'O outro lado da Física', onde os futuros professores vivem desafios, conquistas e descobertas no ensino da Física para uma turma composta por alunos videntes e deficientes visuais.

### Maquetes táteis visuais para ensinar Física para cegos



Ensinar física a um aluno com Deficiência Visual (Aluno DV),cego é simples. Bastando considerar que as pessoas

### Projeto Bazar



Um bazar diferente, que proporciona a estudantes com deficiência aprendizado, interação e cidadania. Todo o material à venda no bazar é recebido por meio de doação e o

Fonte: Educacaoinclusiva.org

É possível fazer busca parametrizada das práticas cadastradas na plataforma Educacaoinclusiva.org pelos seguintes parâmetros: público atendido, modalidade de ensino, nível de ensino e disciplinas (Figura 13).

Figura 13 - Imagem da busca parametrizada na plataforma

**Educação Inclusiva** SOBRE O PROJETO | NOTÍCIAS | ESCREVER UMA PRÁTICA | SAIR

Você está em: [Início](#) » Práticas

### Lista de Práticas Inclusivas

Encontrar por:

Público atendido ▼

Modalidade de ensino ▼

Nível de ensino ▼

### Jogos Geográficos



A professora Lillian propôs um desafio para a turma do 7º ano da Escola Básica Municipal Dilma Lúcia dos Santos, a elaboração de um jogo estilo super trunfo sobre os Estados brasileiros e aspectos econômicos. Os Alunos produziram todo o jogo desde as cartas, às informações e também se divertiram muito jogando.

Compartilhe:

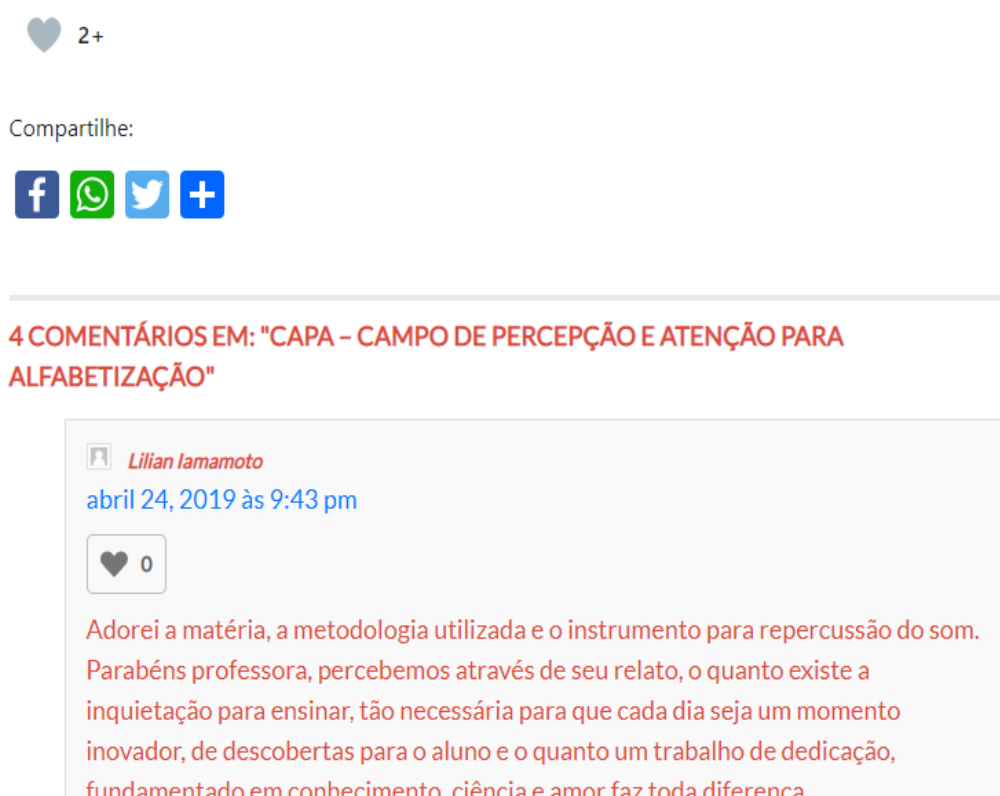
[f](#) [WhatsApp](#) [Twitter](#) [+](#)

Autor: Lillian Claudete Oda Ferreira - Publicado em: 10/07/2019

Fonte: Educacaoinclusiva.org

As práticas cadastradas, assim como as notícias, geram links que podem ser compartilhados nas redes sociais. Existe ainda a possibilidade de interação entre os educadores e destes com diversos setores da sociedade através de comentários que podem ser deixados nas práticas ali compartilhadas (Figura 14).

Figura 14 - Imagem do campo para comentário e link de compartilhamento



Fonte: Educacaoinclusiva.org

Para que a plataforma cumpra sua função de valorizar o trabalho docente e trazer reflexões acerca da importância da educação inclusiva é necessário que se torne conhecida e acessada tanto pelos educadores colaboradores de práticas quanto por outros educadores a fim de conhecer as práticas ali compartilhadas, bem como pela sociedade em geral, diante deste fato surgiu a necessidade de adotar estratégias de comunicação e marketing as quais serão detalhadas a seguir.

#### 4.1 Comunicação e marketing para coleta de práticas

A busca pelas práticas educacionais inclusivas demandou tempo e logística para que atingisse o maior número possível de educadores colaboradores no curto espaço de tempo previsto para a realização deste curso de mestrado. A estratégia utilizada consistiu em um convite aos educadores à participação da pesquisa, mostrando a relevância do trabalho e a importância de cada educador na construção e ampliação de práticas educacionais inclusivas. Entre as formas de contato utilizadas, teve-se o contato pessoal direto (Fotografia 2).

Fotografia 2 - Contato pessoal direto com educadores



Fonte: Acervo pessoal<sup>7</sup> da autora.

O contato pessoal direto com os educadores por vezes gerou a possibilidade de realização de oficinas, deste modo, a pesquisadora ministrou oficinas com a participação de educadores e seus alunos em Florianópolis e no Rio de Janeiro, as quais foram disponibilizadas na plataforma. Na Fotografia 3 é demonstrado o registro da oficina realizada na escola Favo de Mel, uma escola de Educação Especial que atende adolescentes e adultos com deficiência vinculada à FAETEC (fundação de apoio à escola técnica) localizada no Rio de Janeiro.

---

<sup>7</sup> As imagens tiveram autorização para serem divulgadas nesta dissertação.



Fotografia 3 - Oficina na escola Favo de Mel

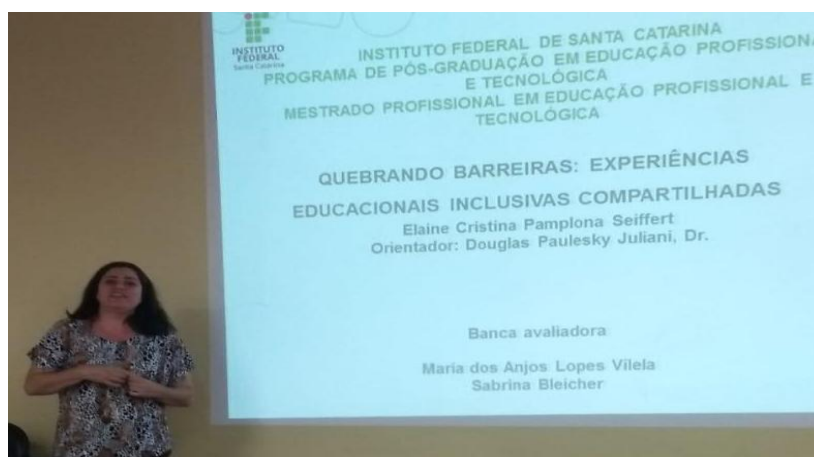


Fonte: arquivo pessoal da autora.

Além do contato direto com os seus pares, visita às escolas da rede municipal de Florianópolis e escolas do Rio de Janeiro, a pesquisadora fez o chamamento à participação da pesquisa por meio das redes sociais, email e jornais institucionais, utilizando materiais de divulgação, os quais serão descritos no item 4.1.1 (Material de divulgação).

Outra estratégia para tornar a plataforma conhecida foi a sua divulgação em vários eventos relacionados à educação de uma maneira geral e à educação inclusiva em particular (Fotografias 4 e 5).

Fotografia 4 - Apresentação da pesquisa nas formações continuadas de educadores da rede municipal de Florianópolis



Fonte: Acervo pessoal da autora

Fotografia 5 - Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão



Fonte: Acervo pessoal da autora

Esta foi uma estratégia pontual e eficaz, pois atingiu grande número de possíveis colaboradores de práticas educacionais inclusivas e/ou divulgadores da plataforma em um tempo relativamente curto.

#### 4.1.1 Material de divulgação

Como material de divulgação foi elaborado um vídeo<sup>8</sup>, o qual também tem sua versão com audiodescrição<sup>9</sup> no intuito de ser acessível para pessoas com deficiência visual. A elaboração deste vídeo constituiu-se em uma prática educacional inclusiva, uma vez que a autora enquanto docente executou a proposta em três oficinas junto com suas alunas do nono ano do ensino fundamental, entre elas havia uma com paralisia cerebral (Fotografia 6).

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dIO4itAVYNQ>

<sup>9</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Zliyw\\_-7J9k&t=6s](https://www.youtube.com/watch?v=Zliyw_-7J9k&t=6s)

Fotografia 6 - Oficinas para o vídeo de divulgação da plataforma



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Os personagens do vídeo foram confeccionados pelas alunas utilizando massinha de EVA. O *story board* (sequência de cenas representadas na forma de desenho) para o vídeo foi elaborado pela pesquisadora e a confecção dos bonecos, cenário, fotos, bem como todo o processo de desenvolvimento e edição, ficou por conta das alunas. Foi utilizada a técnica do *stopmotion*, onde as imagens são fotografadas e ganham movimento quando colocadas em sequência em um software de edição de vídeo, no caso, o *Windows Movie Maker* da Microsoft. A elaboração do vídeo por ser uma prática educacional inclusiva também está compartilhada de forma detalhada na plataforma<sup>10</sup>.

Os personagens do vídeo fizeram parte da identidade visual da plataforma e, portanto estavam impressos no material de divulgação, como o *flyer* (Figura 15), que era distribuído aos educadores nos eventos após a apresentação da plataforma em forma de convite para que participassem da pesquisa.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://educacaoinclusiva.org/praticas/oficina-para-elaboracao-do-video-de-divulgacao-da-plataforma-educacaoinclusiva-org/>

Figura 15 - Flyer de divulgação da plataforma



Fonte: Elaboração Sabrina Bleicher<sup>11</sup>.

Entre as estratégias de divulgação também foi elaborado material para compartilhamento nas redes sociais, os quais estão disponíveis para *download* na plataforma na seção destinada aos caçadores de inclusão. O compartilhamento ocorria de forma sincronizada pela equipe desenvolvedora da plataforma e pelos caçadores de inclusão às 18 horas de domingo, com a seguinte legenda para postagem: Diferentes somos todos, com várias formas de aprender e criar o novo, só isto é o diferencial! Marque aqui seus amigos que também acreditam na Educacaoinclusiva.org e contribua para que a inclusão avance! #educacaoinclusiva @ifsc @tecnologiaseducacionaisifsc.

<sup>11</sup> Integrante da equipe desenvolvedora da plataforma Educacaoinclusiva.org

Figura 16 - Campanha criada para divulgação nas redes sociais



Fonte: Elaboração Sabrina Bleicher.

Com o amplo investimento de tempo feito na divulgação da plataforma, as práticas educacionais foram registradas pelos educadores e enviadas à equipe técnica para validação, sistematização e publicação. Para que uma prática seja validada é necessário que o colaborador preencha todos os campos disponíveis de maneira clara, além disso, a prática precisa ser inclusiva (ser planejada e executada com foco em todos os estudantes participantes), o que a pesquisa considera como prática educacional inclusiva está descrito de maneira detalhada no item 5.2 (Características de uma prática educacional inclusiva).

## 5 RESULTADOS DA PESQUISA

Esta pesquisa contribuiu para a elaboração, construção e implementação de uma plataforma colaborativa de práticas educacionais inclusivas por meio de sistemas de gerenciamento de conteúdo online.

Foi um projeto de construção coletiva, deste modo a dimensão conceitual da plataforma, que compreende esta pesquisa e está descrito no ítem 3.3 dos procedimentos metodológicos, concebeu, em conjunto com outros colaboradores e projetos, as telas (design) do sistema, o formulário de coleta de dados (cadastro de práticas), bem como os dados que deveriam compor cada tela e também a validação e publicação das práticas enviadas pelos educadores.

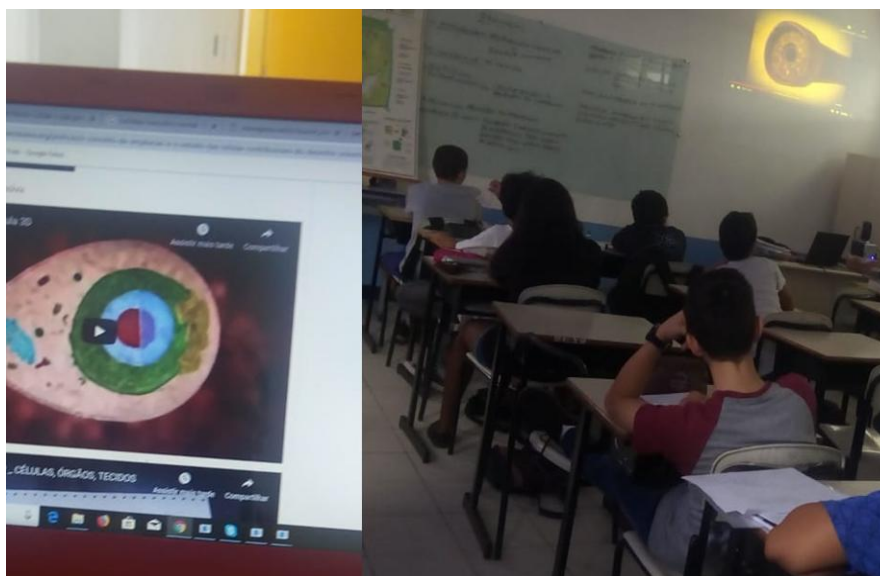
A disposição dos dados de cada prática educacional inclusiva foi planejada visando à clareza de sua apresentação para o leitor. Essa proposta visual foi utilizada como referência para o desenvolvimento das funcionalidades da plataforma, facilitando o seu uso por educadores e demais atores da sociedade. Conforme relato de um dos educadores usuários da plataforma, “Através das práticas compartilhadas, cada vez mais professores podem conhecer práticas inovadoras para alcançarmos uma sociedade mais inclusiva, começando dentro de nossas salas de aula”.

Enquanto educadora a pesquisadora comprovou a usabilidade da plataforma em sua aula, clicando diretamente na prática cadastrada, usando um projetor e caixa de som, além de apresentar aos seus alunos o belo trabalho compartilhado, utilizou o vídeo e materiais ali disponibilizados como recursos pedagógicos (Fotografia 7). A prática utilizada pela autora em sua aula de citologia foi ‘O conceito de ampliação e o estudo das células: contribuição do desenho universal aplicado à aprendizagem e do trabalho colaborativo em aulas de Ciências’<sup>12</sup>. Assim pode-se afirmar que o uso da plataforma facilita e enriquece através do compartilhamento de saberes o trabalho do educador que deseja exercer sua docência na perspectiva da educação inclusiva.

---

<sup>12</sup> Disponível em: [celulas-contribuicoes-do-desenho-universal-aplicado-a-aprendizagem-e-do-trabalho-colaborativo-em-aulas-de-ciencias/](https://www.repositorio.ufpa.br/bitstream/handle/riufpa/10000/1/celulas-contribuicoes-do-desenho-universal-aplicado-a-aprendizagem-e-do-trabalho-colaborativo-em-aulas-de-ciencias/)

Fotografia 7 - Uso pela autora do conteúdo disponibilizado na plataforma



Fonte: acervo pessoal da autora

A plataforma despertou, em diversos setores da sociedade, interesse em estabelecer parcerias, incluindo a Secretaria de Educação do município de Florianópolis, empresas do setor privado e do próprio IFSC. Uma grande empresa que atua no mercado de *contact centers* no Brasil e possui unidades nos Estados de São Paulo e Santa Catarina formalizou parceria para a divulgação da plataforma.

Atualmente a plataforma [EducacaoInclusiva.org](http://EducacaoInclusiva.org) está em processo de institucionalização pelo IFSC, o qual, conforme descrito na seção que trata dos procedimentos metodológicos, já aprovou o projeto para a formação da equipe desenvolvedora, registrado junto à Pró-Reitoria de Pesquisa sob o número 27/FC/PROPI/2018; o projeto de extensão “Caçadores de inclusão”, registrado junto à Pró-Reitoria de Pesquisa sob o número PJ193-2019, para formar uma rede de colaboradores voluntários na busca de práticas inclusivas a serem compartilhadas; e o edital para impulsionar o cadastro de práticas educacionais inclusivas realizadas por educadores e servidores da instituição.

Várias empresas de comunicação colaboraram na divulgação da plataforma [EducacaoInclusiva.org](http://EducacaoInclusiva.org), a qual foi divulgada de forma gratuita em suas plataformas digitais de jornais e também na TV local, além disso, uma série para a TV IFSC

com as práticas que foram ali compartilhadas está sendo preparada. Seguem abaixo algumas das divulgações feitas na mídia (Figura 17 a 20).

Figura 17 - Divulgação da plataforma no portal da Folha de São Paulo



Fonte: Marques, 2019<sup>13</sup>.

Figura 18 - Divulgação da plataforma no Jornal do Almoço SC

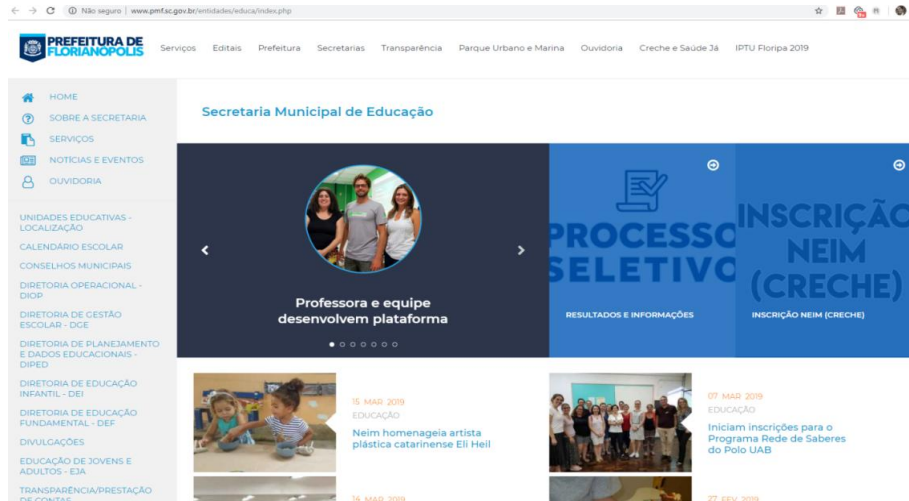


Fonte: G1 Santa Catarina, 2019<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://assimcomovoce.blogfolha.uol.com.br/2019/03/12/boas-praticas-da-educacao-inclusiva-ganham-plataforma-de-divulgacao/>



Figura 19 - Divulgação da plataforma no portal da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2019<sup>15</sup>.

Figura 20 - Divulgação da plataforma no portal do NSC total



Fonte: Valgas, 2019<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/projeto-propoe-integracao-entre-estudantes-em-escolas-de-florianopolis/7526125/>

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/?pagina=notpagina&menu=&noti=20532>

Figura 21 - Divulgação da plataforma no portal Bem Paraná



Fonte: Folhapress, 2019<sup>17</sup>.

O número de educadores colaboradores de práticas cresceu consideravelmente impulsionado pela exposição da plataforma na mídia e pelas estratégias de divulgação apresentadas acima. Assim, a plataforma Educacaoinclusiva.org foi sendo conhecida e acessada de vários lugares do país e também do exterior.

Ao longo das diversas etapas da construção e implementação da plataforma, vários colaboradores voluntários entraram para a equipe desenvolvedora. Trata-se de mais agentes sociais de diversos setores da sociedade agregando valor, trazendo ideias, compartilhando conhecimentos e contribuindo para que a plataforma Educacaoinclusiva.org cumpra seu objetivo de valorizar o trabalho docente e contribuir para a reflexão acerca da importância da educação inclusiva nas escolas e universidades brasileiras.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/laine-valgas/plataforma-colaborativa-procura-boas-praticas-de-educacao-inclusiva>

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/boas-praticas-da-educacao-inclusiva-ganham-plataforma-de-divulgacao#.XSyS9ehKjIU>

Findada a coleta de experiências educacionais inclusivas para a pesquisa, essa mesma plataforma ficou disponível na internet com acesso livre, sendo deixada para a sociedade de modo permanente para que educadores possam a qualquer tempo fazer uso, compartilhando, buscando ou conhecendo experiências de seus pares. Os autores e demais envolvidos no projeto comprometem-se com a manutenção da plataforma, entendendo essa atitude como uma responsabilidade social.

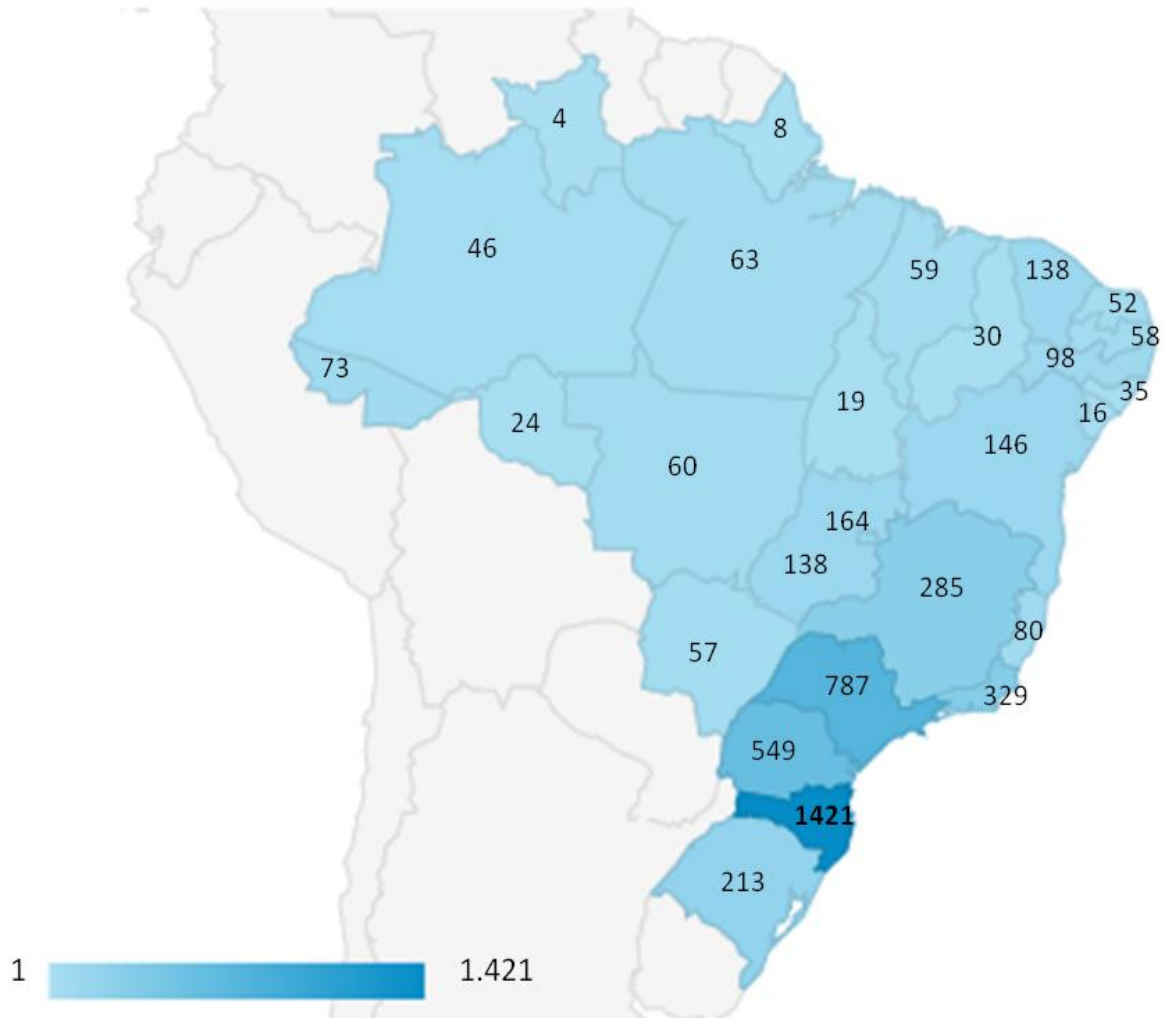
### **5.1 Dados das experiências coletadas**

Foram publicadas até o momento (agosto de 2019) na plataforma Educacaoinclusiva.org oitenta práticas educacionais inclusivas compartilhadas por educadores das diversas áreas de ensino e modalidades da Educação Profissional, Educação Especial, Educação Básica e Educação Superior. Tais práticas tiveram origem nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco, Paraíba e Bahia. Porém há registros de 135 usuários cadastrados e potenciais colaboradores de práticas de vários estados do Brasil, além dos já citados, entre eles, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Acre, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Roraima e Maranhão.

Em relação às instituições às quais os usuários cadastrados na plataforma estão vinculados, 40% são de escolas públicas municipais, 11% são de escolas estaduais, 20% de institutos federais, 4% são das Associações de pais e amigos dos excepcionais (APAE), 6% são de universidades federais, estaduais e privadas, 5% escolas particulares, 14% são de outras instituições.

A respeito do uso da plataforma, desde a sua implementação em 24 de outubro de 2018 tem-se até agora registro de 4.952 pessoas que acessaram a plataforma em todo o território nacional, com destaque para as regiões sul e sudeste. Na região sul o Estado de Santa Catarina foi o campeão de acessos com 1421 usuários da plataforma Educacaoinclusiva.org enquanto na região sudeste o destaque ficou com São Paulo com 787 usuários (Figura 22).

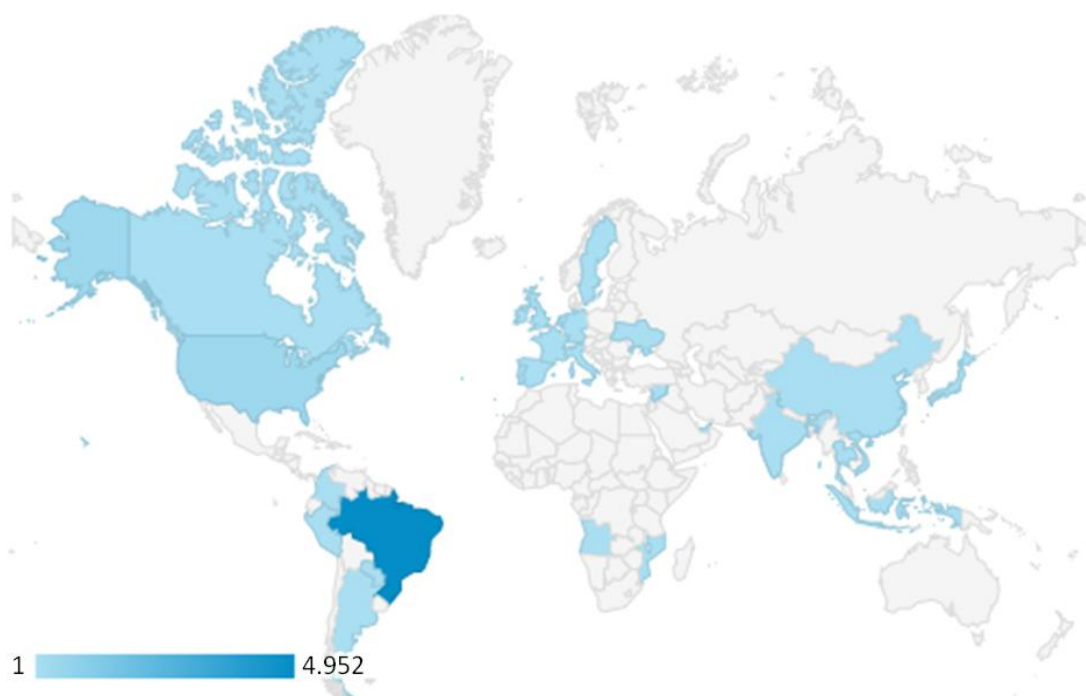
Figura 22 - Usuários que acessaram a plataforma no Brasil por região



Fonte: *Google Analytics*.

Graças ao alcance da internet, a plataforma foi acessada em diversos países do mundo (Figura 23). Foram 5.531 pessoas em 32 países que acessaram a plataforma Educacaoinclusiva.org desde a sua implementação. O maior número de acessos ocorreu no Brasil, porém tivemos um número significativo de acesso em outros países. Entre os países estrangeiros com maior número de pessoas que acessaram a plataforma destacam-se os Estados Unidos, com 398 usuários, em segundo lugar vem Portugal com 60 usuários e em terceiro lugar vem China com 30 usuários (Quadro 4).

Figura 23 - Usuários que acessaram a plataforma no mundo



Fonte: *Google Analytics*.

Quadro 4 - Número de usuários que acessaram a plataforma em cada país

País	Usuários	País	Usuários
Brasil	4952	França	2
Estados Unidos	398	Hong Kong	2
Portugal	60	Indonésia	2
China	30	Irlanda	2
Japão	18	Alemanha	2
Canadá	7	Colômbia	1
Espanha	5	Cabo Verde	1
Moçambique	11	Emirados Árabes	1
Índia	4	Itália	1
Paraguai	4	Peru	1
Angola	6	Suécia	1
Holanda	3	Singapura	1
Tailândia	3	Síria	1
Argentina	3	Suíça	1
Bélgica	3	Ucrânia	1
Reino Unido	3	Vietnã	1
<b>TOTAL: 5.531</b>			

Fonte: *Google Analytics*.

A plataforma está online desde 24 de outubro de 2018, recebendo práticas compartilhadas por educadores de todo o território nacional e sendo acessada inclusive no exterior conforme dados supracitados. Desde a sua implementação até os dias atuais (agosto de 2019), teve 19.660 visualizações. Entre os visitantes estavam os que compartilharam práticas, os que se cadastraram, os que clicaram nos títulos das práticas a fim de visualizá-las e/ou utilizá-las, os que acessaram as notícias e o Sobre (para maiores informações).

Diante dos dados aqui apresentados, podemos considerar que a plataforma Educacaoinclusiva.org trata-se de uma tecnologia social que está sendo incorporada pela sociedade e à medida que vai se tornando conhecida aumenta o alcance de seus benefícios sociais.

## **5.2 Características de uma prática educacional inclusiva**

Ao longo de todo o trabalho, buscou-se uma maneira de identificar as características que definem uma prática educacional como inclusiva. Tendo como base o referencial teórico, a legislação, os documentos oficiais que regem a educação brasileira e também o conhecimento empírico registrado nas práticas cadastradas na plataforma, formulou-se um conceito para prática educacional inclusiva a partir das características que a constituem como tal.

Entende-se como sendo uma prática educacional inclusiva aquela que é planejada e executada com foco em todos os estudantes, considerando-os como sujeitos ativos no processo de aprendizagem, que modifica de forma positiva o ambiente da sala de aula, da escola e da comunidade e que acolhe a diversidade existente para que todos acessem os conteúdos escolares e participem das propostas pedagógicas.

Diante dessas considerações identificou-se nas práticas educacionais cadastradas na plataforma Educacaoinclusiva.org as características listadas no Quadro abaixo, algumas práticas destacam mais uma ou outra característica, mas buscam atender a todas (Quadro 5).

Quadro 5 - Características identificadas nas práticas cadastradas na plataforma

CARACTERÍSTICAS	DETALHAMENTO
Promove equidade	Oferece oportunidades diferenciadas para promover a igualdade.
	Promove equiparação de acessibilidade a todos os participantes.
	Promove o empoderamento de grupos historicamente excluídos.
É flexível	Oferece diferentes possibilidades de resposta, participação e avaliação tendo como foco o estudante.
É acessível	Permite que todos participem da proposta apresentada.
É colaborativa	Cria a cultura de colaboração entre todos os envolvidos.
Evita a exclusão	Atinge diretamente a barreira atitudinal, a qual pode levar à exclusão ou à evasão escolar.
	Repudia a violência ou violação de direitos humanos.
	Colabora com a erradicação de todas as formas de preconceitos.
Promove o engajamento	Os estudantes têm vontade de participar e contribuir para o objetivo proposto por esta prática.
	Oportuniza o protagonismo dos estudantes.
Desperta a empatia	Convida os estudantes a se colocarem no lugar do outro, estimulando relações harmoniosas na sala de aula, na escola ou na comunidade.
Modifica a realidade	Promove atitudes que melhoram a participação, convivência e o ambiente.
	Gera oportunidade de renda ou de inserção no mercado de trabalho contribuindo para a melhoria da condição social.
Promove a cidadania	Estimula a participação democrática e envolvimento nas questões sociais, relacionadas aos direitos e deveres de cada um.
	Estimula o diálogo e o debate.
	Promove uma aprendizagem ativa, crítica e reflexiva.
Desenvolve Recursos para a Inclusão	Desenvolve recursos para suporte à aprendizagem e eliminação de barreiras educacionais.
Promove Respeito à Diversidade	Respeita a diversidade nas esferas: social, política, cultural e pessoal.
	Compreende diferença e similaridade como condições humanas.

Fonte: Elaboração própria

A plataforma [Educacaoinclusiva.org](http://Educacaoinclusiva.org) funciona como uma base de

conhecimentos online com práticas inclusivas de todas as áreas, níveis e modalidades de ensino. Atualmente tem-se o registro de práticas desde a Educação Infantil até a Educação Superior das diversas áreas e também aquelas interdisciplinares.

### **5.3 Práticas educacionais inclusivas compartilhadas na plataforma Educacaoinclusiva.org**

Todas as práticas compartilhadas na plataforma Educacaoinclusiva.org estão disponíveis para visualização. Devido ao grande número de registros, o que tornaria o detalhamento de cada uma delas nesta dissertação inviável, optou-se por descrever um recorte, para tanto serão elencadas nesta seção quatro práticas de modo ilustrativo, a saber:

1. Autismo em espiral foi uma prática que envolveu a escola inteira tendo como base o desenho de um estudante autista;
2. Desafio Criativo proporcionou interação entre estudantes e servidores de diversos campus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul em busca de soluções de acessibilidade;
3. O outro lado da Física mostrou o empenho de um professor de Licenciatura cego em proporcionar aos futuros professores de Física a vivência da educação inclusiva;
4. Nós podemos: sororidade na escola fez com que a rivalidade entre as alunas de uma escola municipal se transformasse em respeito e amizade.

Seguem abaixo maiores detalhes sobre cada uma dessas práticas.

#### *5.3.1 O autismo em espiral*

Participaram desta prática 25 estudantes do terceiro ano do ensino fundamental, entre eles um estudante autista. Foram abordados os seguintes conteúdos da Língua Portuguesa (ortografia, produção textual) e os seguintes



conteúdos de Artes (desenho e pintura). Trata-se de uma sequência didática realizada em forma de oficinas. Tudo começou com o desenho de uma espiral colorida feito pela professora auxiliar de Educação Especial junto com o estudante autista (Fotografia 9).

Fotografia 8 - A espiral



Fonte: Educacaoinclusiva.org

Foi apresentada aos demais estudantes da turma a proposta de criar histórias representando as diferentes formas de visualizar e interpretar aquele desenho. A história deveria ter princípio, meio e fim, bem como um problema a ser solucionado e a resolução do problema deveria passar uma mensagem final importante. Esse processo resultou na produção de nove histórias com diferentes significados para o desenho da espiral.

Surgiu então a ideia de transformar as histórias produzidas em vídeos. Diante desse desafio, iniciou-se uma busca ativa pelos ilustradores e narradores, a qual teve a participação de todos os professores da unidade educativa. Conforme ressalta a professora auxiliar de educação especial “Assim, o desenho do aluno autista tomou proporções que eram inimagináveis no início, quando lhe entreguei o pincel e a tinta.” (Professora auxiliar de Educação Especial).

Foram produzidos nove vídeos<sup>18</sup> com mensagens contra *bullying*, valorização da amizade, cultura de paz e educação ambiental (temas como preservação da água, lixo, sustentabilidade), os quais podem ser utilizados por educadores. Ao final do processo, os vídeos produzidos foram exibidos no auditório para a comunidade escolar com direito à pipoca. Todos os estudantes estavam empolgados aguardando a tão esperada estreia e se surpreenderam positivamente com o resultado do trabalho coletivo.

### 5.3.2 Desafio criativo IFRS

Participaram desta prática 28 estudantes de cursos de Ensino Médio Integrado e 23 servidores de diversos campos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Fotografia 9 - Desafio Criativo IFRS



Fonte: Educacaoinclusiva.org<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> Todos os vídeos estão disponíveis na plataforma Educacaoinclusiva.org no seguinte link: <http://Educacaoinclusiva.org/praticas/o-autismo-em-espiral/>

<sup>19</sup> Esta imagem está disponível no portal do IFRS sendo considerada de domínio público, por isso não foi tratada para preservar a identidade dos estudantes.

Os conteúdos abordados foram tecnologia assistiva e acessibilidade. Em apenas 72 horas, os participantes tinham a missão de desenvolver soluções criativas e inovadoras para auxiliar pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no enfrentamento dos desafios diários.

O Desafio Criativo foi uma ação coordenada pelo Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Essa atividade proporcionou a integração entre estudantes de diversos cursos do ensino médio integrado oferecidos pelo IFRS e servidores da instituição. Foi um exercício de interdisciplinaridade e de transversalidade, ao permitir que os estudantes utilizassem os conhecimentos adquiridos nos diversos componentes curriculares dos cursos, visando a resolução de problemas reais, enfrentados por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Ao final, com criatividade e inovação, as equipes criaram: um dispositivo para complementar a aprendizagem em Braille de forma lúdica; um piso tátil luminoso de alto contraste para auxiliar pessoas com baixa visão a identificar quando o sinal de pedestres está aberto para atravessar a rua; um suporte de telefone celular que estabiliza o aplicativo de lupa e facilita a leitura para pessoas com baixa visão; e um mural virtual que fornece informações e recados para surdos.

### *5.3.3 O outro lado da Física*

Participaram desta prática 20 licenciandos do curso de Licenciatura em Física da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e 37 estudantes, entre eles 2 deficientes visuais (cegos), sendo um que adquiriu cegueira ao longo da vida (A) e o outro cego de nascimento (B)

O outro lado da Física foi um curso de extensão de 80 horas de duração oferecido pela UNESP e aplicado em um Colégio Técnico Industrial (CTI) da cidade de Bauru (SP). A ideia do Curso foi do professor de Licenciatura em Física da UNESP (deficiente visual desde os nove anos de idade).

Os licenciandos, divididos em grupos, elaboraram todo o conteúdo, material e ministraram as aulas durante o curso. Vale ressaltar aqui um dos momentos de

viabilidade de entendimento do conteúdo para os estudantes cegos. O trecho a seguir apresenta um dos licenciandos (L) explicando aos estudantes cegos as características de um equipamento utilizado na explicação da conservação da quantidade de movimento linear. O licenciando, com esse objetivo, conduziu as mãos dos estudantes sobre os componentes do material, e eles puderam reconhecê-lo facilmente.

L: Essa daqui é a bala do meu canhão, eu peguei um fósforo e queimei a cordinha que tinha aqui, ai reventou assim e ele veio forte e foi para cá, para esse lado aqui, e o canhão, para que lado foi?

B (aluno cego de nascimento): Para trás?

L: Isso, recuou, daí conservou o movimento.

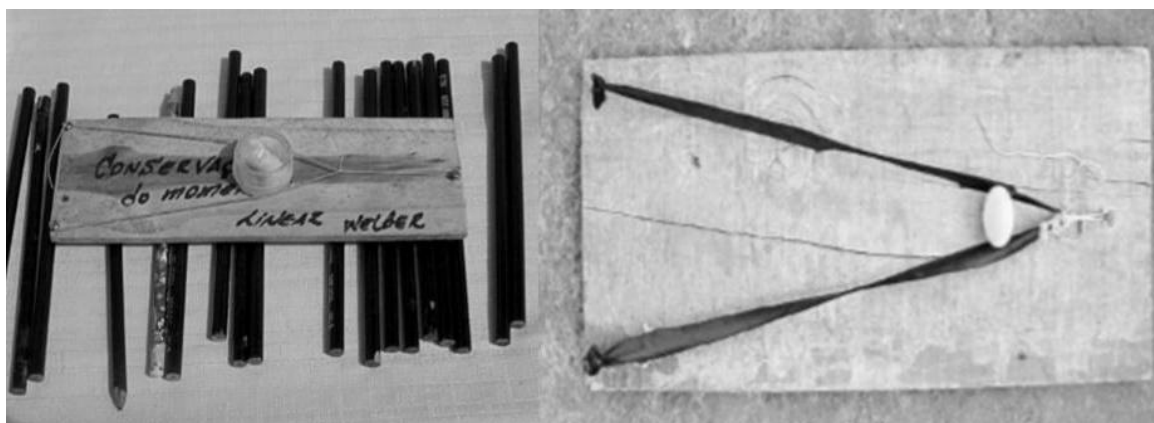
L: Tem dois pregos aqui, tem esse no meio e no lado oposto tem dois presos na ponta.

A (aluno que perdeu a visão): É daqui que puxa?

L: Aí você estica o elástico bem perto do prego e você amarra com uma linha, e aqui você coloca a bala, ai queima o fio com fogo e o elástico joga longe a bala.

Essa experiência foi tão significativa para o aluno B (estudantes cego de nascimento) que ele construiu, em sua casa, um equipamento semelhante (Figura 24).

Figura 24 - Equipamento experimental sobre conservação da quantidade de movimento linear à esquerda e à direita protótipo construído por B



Esse curso proporcionou aos licenciandos de Física conteúdos nas áreas de ensino-aprendizagem, ensino de Física no contexto da deficiência visual, além da inclusão de pessoas com deficiência. Espera-se que os conhecimentos construídos contribuam para a inclusão social do discente com deficiência visual e ampliem as perspectivas de compreensão dos fenômenos físicos.

#### *5.3.4 Nós podemos: sororidade na escola*

Participaram desta prática todos os estudantes do 6º ao 9º ano de uma escola pública municipal de Florianópolis. Foram trabalhadas questões inerentes ao estudo da Língua Portuguesa, além de temas transversais como ética, pluralidade cultural e valorização do ser humano.

A iniciativa partiu das estudantes do 7º ano, as quais estavam bastante preocupadas com situações de *bullying* e violência de gênero rotineiras dentro e fora da escola. Ao relatarem sua preocupação durante as aulas de Língua Portuguesa, a professora acolheu a ideia de trabalhar essas questões.

O projeto Nós podemos: sororidade na escola tinha como objetivo revitalizar o banheiro feminino (pichados pelas próprias estudantes com frases, no geral, ofensivas), a fim de substituir os recados violentos por outros que incentivassem a amizade, tornando esse um espaço de empoderamento. Mães de alunas participaram do projeto como artistas voluntárias utilizando técnica de grafite e stêncil na decoração das portas. As estudantes criaram uma caixinha com os dizeres “pegue quando precisar e deixe quando puder”, para compartilhar artigos de higiene e cuidado, como absorventes, desodorantes, sabonetes, pasta dental e cremes hidratantes. As próprias alunas geriram essa caixinha.

Paralelamente à revitalização do banheiro, foi realizada uma roda de conversa só com as meninas para tratar da valorização da mulher e trazer à tona reflexões sobre atitudes e comportamentos que precisavam ser mudados para a vivência da sororidade entre elas. Em um segundo momento, todos os estudantes dos anos finais, meninos e meninas, se reuniram no auditório para a palestra da advogada ativista Iris Gonçalves Martins sobre a Cultura do Estupro, para proporcionar reflexões acerca das violências de gênero sofridas e cometidas

cotidianamente.

Fotografia 10 - Banheiro feminino enquanto espaço de empoderamento



Fonte: Educacaoinclusiva.org

As atividades realizadas geraram nas alunas uma sensação de pertencimento em relação àquele espaço, que sempre foi delas, mas não dialogava com sua realidade, tornando-se abjeto e alvo de depredações até então. Durante e após o projeto, também foi possível notar uma mudança positiva no relacionamento entre as participantes dentro e fora da escola.

### *5.3.5 Considerações sobre as práticas compartilhadas*

Destaca-se que as práticas apresentadas na seção anterior de maneira resumida representam apenas uma fração das experiências publicadas na plataforma. Na seção atual discorre-se acerca das características principais percebidas nas experiências coletadas e socializadas.

É interessante ressaltar que todas as práticas que foram até este momento compartilhadas na plataforma Educacaoinclusiva.org tem em comum o fato de que enquanto práticas inclusivas modificam positivamente a realidade. Essas práticas

foram descritas pelos educadores, os quais generosamente também disponibilizaram vídeos e os mais diversos materiais no intuito de permitir que outros educadores os acessem, tornando a sala de aula um espaço de cooperação e inclusão.

Tais práticas vão ao encontro dos preceitos do desenho universal para a aprendizagem, o qual prevê abordagem de conteúdo e avaliação de forma flexível e uso de tecnologias assistivas de maneira a oferecer a todos igual oportunidade de aprendizagem, assegurando o direito à educação para todos, previsto no artigo 205 da constituição federal, ou seja, esse tipo de prática não deixa ninguém de fora.

#### **5.4 Avaliação da plataforma pelos usuários**

Partindo-se de toda a vivência durante a elaboração, construção coletiva e aplicação do produto educacional, havia a necessidade de identificar elementos de validação que pudessem aferir sua eficácia no cumprimento dos objetivos a que se propôs alcançar, bem como identificar a percepção do público de colaboradores de práticas a respeito de sua utilização. Essa validação ocorreu em dois momentos, os quais serão detalhados a seguir.

##### *5.4.1 Percepções dos usuários colhidas informalmente*

No primeiro momento, foram coletadas informalmente de educadores, pessoas relacionadas à educação e interessadas na temática educação inclusiva percepções e entendimentos a respeito da importância da plataforma para a educação inclusiva e também considerações sobre o seu *layout*, design, funcionalidade e usabilidade. Estas percepções foram fornecidas durante os eventos em que a plataforma Educacaoinclusiva.org foi divulgada, durante o uso da plataforma pelos docentes para o preenchimento das práticas e em conversas informais com os educadores. Também foram aproveitados os registros sobre a plataforma veiculados na mídia. Tais informações seguem detalhadas no Quadro 6.

Quadro 6 - Percepções dos usuários a respeito da plataforma

<p>“A plataforma é bem interessante e precisamos mesmo ter um olhar mais atento para as questões ligadas à inclusão”. Mãe de aluno com síndrome de down.</p>
<p>“Que felicidade saber da vontade de se encontrar alternativas para inclusão”. Mãe de aluno com deficiência que frequenta a APAE de Florianópolis.</p>
<p>“Projeto muito bacana que propõe a integração das diferenças”. Apresentador da NSC TV.</p>
<p>“Bela Ferramenta de inclusão”. Repórter da NSC TV.</p>
<p>“Parabenizo a professora Elaine e todos os envolvidos por este trabalho de desenvolvimento da plataforma de práticas inclusivas. Reconheço e parabenizo a professora Elaine que a partir dos seus estudos de mestrado está desenvolvendo uma plataforma para compartilhar experiências e trabalhos de inclusão, isso com certeza vai ajudar não só os nossos estudantes como também vai melhorar e qualificar o trabalho da nossa rede uma vez que o mundo real pressupõe o compartilhar de práticas e experiências exitosas.” Secretário municipal de Educação de Florianópolis.</p>
<p>“A plataforma é uma ótima ferramenta de auxílio ao trabalho dos professores e também de outras pessoas. Constitui-se não só de sugestões de conteúdos e projetos que podem ser trabalhados em sala de aula, mas também de informações diversas sobre a temática. Importante para fortalecimento de práticas educativas que venham cada vez mais garantir a inclusão e equidade a todos os estudantes. Também ferramenta importante como repositório de boas práticas inclusivas.” Educadora e coordenadora do grupo de Ciências da rede municipal de Florianópolis.</p>
<p>“Em um universo cada vez mais conectado, ter ao nosso alcance um programa que colabora com a divulgação de práticas educacionais inclusivas, é fundamental para o alinhamento de ideias objetivando a busca por diferentes estratégias educacionais. Compartilhando as nossas experiências, nos aproximamos de colegas com os mesmos ideais, formando novas parcerias e encontrando diferentes alternativas para o desenvolvimento integral das pessoas com deficiência. Ao compartilhar a nossa experiência na Plataforma – Educação Inclusiva, me deparei com um programa de fácil acesso e acessível a todos, uma ferramenta que, com certeza, irá colaborar no compartilhamento de novas experiências em nível nacional”. Coordenador pedagógico da APAE de Florianópolis</p>
<p>“Esta plataforma é muito importante uma vez que possibilita a troca de experiência entre os professores de maneira a ampliar seus conhecimentos e diversificar sua prática”. Educador da rede municipal de Florianópolis.</p>
<p>“Gratidão é a palavra da vez! Agradecemos por este lindo trabalho que está unindo práticas de grande valia para nossa educação que tem tanto a melhorar.” Educadora da rede municipal do Recife.</p>

Fonte: Elaboração própria.



#### 5.4.2 Percepções dos usuários colhidas através do formulário de avaliação

No segundo momento, foi enviado aos educadores colaboradores de práticas inclusivas um formulário online cujas questões foram elaboradas com base na estrutura de validação de produto educacional proposta por Ruiz *et al.* (2014, p. 20), a fim de obter dos usuários informações a respeito do produto educacional no que tange à atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação. Desse modo, buscou-se identificar a percepção dos usuários da plataforma para além da usabilidade. Tal formulário era composto de questões abertas e fechadas. As questões abertas permitiam ao respondente falar à vontade a respeito de suas percepções, enquanto as questões fechadas exigiam do respondente a atribuição de um valor de 1 a 5 de acordo com o seu grau de aceitação para a afirmação dada, conforme abaixo:

- a) 1 – discordo totalmente;
- b) 2 – discordo;
- c) 3 – não concordo, nem discordo;
- d) 4 – concordo;
- e) 5 – concordo totalmente.

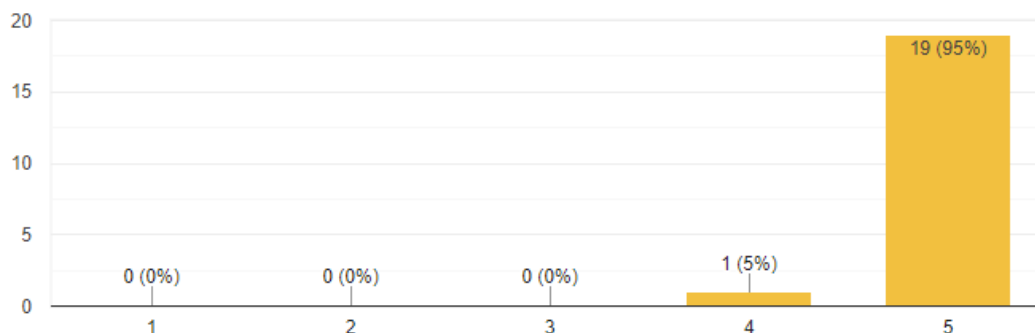
Obteve-se vinte respostas que foram consideradas para esta pesquisa, as quais seguem detalhadas nesta seção.

As três primeiras questões do formulário eram relacionadas à atração. Na validação através da atração, espera-se que os usuários da plataforma gostem da estética e da maneira como as informações estão disponibilizadas e percebam esse produto educacional como uma opção para o enriquecimento do seu fazer pedagógico através da troca de experiências e de saberes com seus pares. Mas também pretende-se colher sugestões de melhoria. Para tanto, o questionário a respeito da atração apresenta uma questão fechada relacionada à estética e duas questões abertas relacionadas à identificação de pontos fortes, pontos a melhorar e sugestões de melhoria.

Gráfico 2 - Estética da plataforma

## Considero que a estética da plataforma está adequada

20 respostas



Fonte: Elaboração própria.

100% dos usuários consideram a estética da plataforma adequada e 95% deram ênfase a esta afirmação concordando totalmente. Abaixo seguem as respostas para as questões abertas a respeito da Atração da plataforma:

Quadro 7 - Segunda questão relacionada à Atração

2 - O QUE MAIS CHAMOU A SUA ATENÇÃO NA PLATAFORMA EDUCACAOINCLUSIVA.ORG?
A facilidade em poder compartilhar.
Fácil acesso e ótimo conteúdo.
A diversidade de ideias compartilhadas chama atenção para percebermos quantas atividades inclusivas nós já fazemos sem nos darmos conta e quantas mais ainda poderemos fazer.
A maneira como foi elaborada graficamente e os conteúdos abordados.
A possibilidade de descrever experiências compartilhando com todos.
A possibilidade de compartilhar experiências sobre a inclusão.
A possibilidade de divulgar as atividades desenvolvidas pelos profs.
A publicação de trabalhos que podem ajudar nas práticas profissionais.
As práticas inclusivas e a iniciativa inovadora de poder compartilhar os trabalhos desenvolvidos.

A possibilidade de ter um banco de dados com muitos projetos que podem nortear o trabalho dos professores.
Dar ênfase às ações que estão sendo realizadas.
A facilidade de colocar as experiências e a intenção de divulgação.
A variedade de temas.
A diversidade de práticas e a dedicação dos professores aos seus alunos.
Tudo! É uma referência para quem trabalha com inclusão social.
É uma plataforma diferente e voltada a um público específico.
A disposição das imagens e textos diretos e informativos.
As práticas compartilhadas e ideias para desenvolver atividades.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 8 - Terceira questão relacionada à Atração

3 - O QUE MUDARIA PARA MELHORAR?
Nada.
Nesse momento nada. É necessário usar, curtir, experienciar primeiro.
Não mudaria nada.
Nada, está ótima.
Nada.
Acho que está tudo muito bem organizado.
Não tenho sugestões nesse momento.
Maior espaço de interação entre os profissionais que compartilham suas práticas.
Que seja mais divulgado.
Acho que focar mais o que tem sido feito.
Poderia ter mais formas de trocas e comunicação entre os usuários.
Me parece adequada na sua funcionalidade e fácil para encontrar as práticas.
Não tenho sugestões.
No momento não me vem nada.

Por enquanto nada.
No momento nada.
Nada.

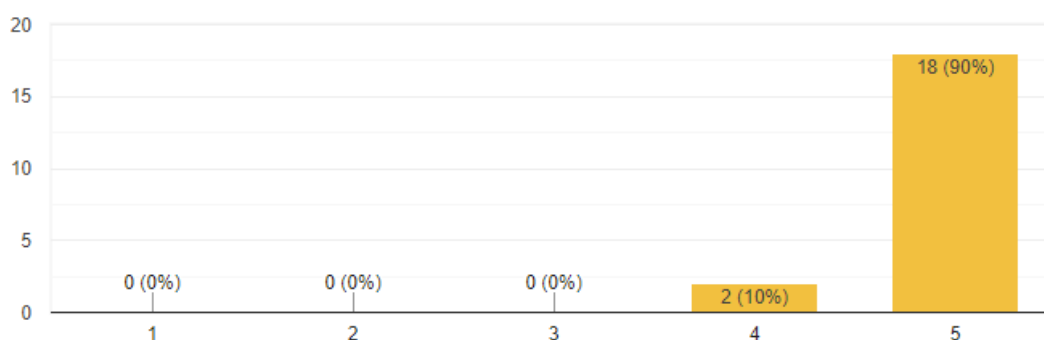
Fonte: Elaboração própria.

Ruiz *et al.* (2014, p. 20, tradução nossa) define compreensão como “o entendimento do grupo destinatário a respeito do material”, nesse caso, do produto educacional. As questões relacionadas à compreensão estão relacionadas à usabilidade da plataforma pelo educador no contexto educacional, registro das práticas e acesso à informação. No formulário, havia quatro questões relacionadas à compreensão (duas fechadas e duas abertas). Segue abaixo o resultado.

Gráfico 3 - Utilização da plataforma pelo educador em seu contexto educacional

Acredito que o conteúdo (descrição/detalhamento) das práticas publicadas na plataforma [educacaoinclusiva.org](http://educacaoinclusiva.org) possibilitam ao educador utilizá-las no seu contexto educacional.

20 respostas



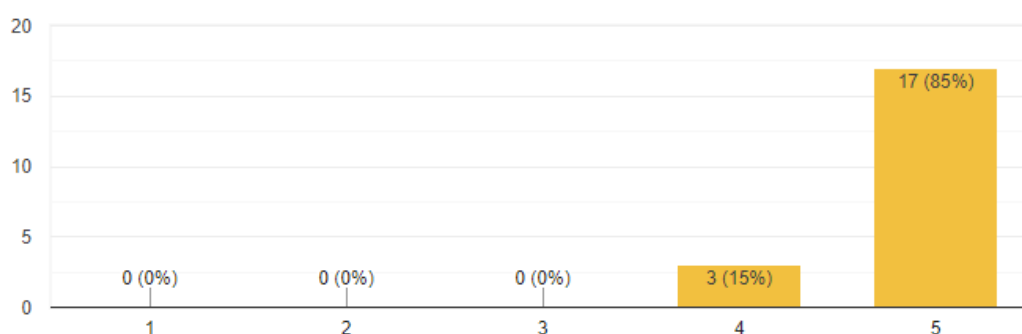
Fonte: Elaboração própria.

100% dos respondentes concordam que o conteúdo das práticas publicadas na plataforma [Educacaoinclusiva.org](http://Educacaoinclusiva.org) possibilita ao educador utilizá-las no seu contexto educacional, sendo que 90% concordam totalmente, dando ênfase a esta afirmação.

Gráfico 4 - Facilidade de realização do cadastro

Realizei o cadastro/registro da minha prática na plataforma educacaoinclusiva.org de modo confortável.

20 respostas



Fonte: elaboração própria

100% dos usuários realizaram o cadastro e o registro de sua prática na plataforma Educacaoinclusiva.org de modo confortável, sendo que 85% deram ênfase a esta afirmação concordando totalmente.

A terceira questão relacionada à compreensão era a seguinte: Você teve alguma dificuldade para cadastrar sua prática na plataforma? Quais? 100% dos respondentes afirmaram não ter nenhuma dificuldade em cadastrar sua prática na plataforma e um dos respondentes fez a seguinte afirmação: “Nenhuma, além das pessoais, como falta de tempo”.

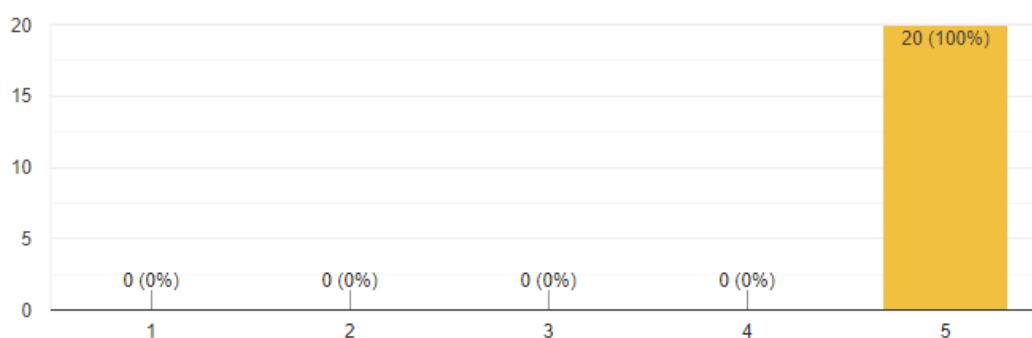
A quarta questão relacionada à compreensão era a seguinte: Você teve alguma dificuldade para encontrar informações na plataforma? Quais? Novamente 100% dos respondentes também não apresentaram nenhuma dificuldade para encontrar informações na plataforma, um dos respondentes fez a seguinte afirmação “As informações estão disponíveis de maneira bem acessível”.

Para Ruiz *et al.* (2014, p. 20, tradução nossa), as questões relacionadas ao envolvimento “tratam de averiguar se o usuário sente que o produto educacional desenvolvido é para pessoas como ele”. Havia três questões fechadas relacionadas ao envolvimento. Seguem abaixo as respostas na forma de gráficos.

Gráfico 5 - Valorização do trabalho docente

Acredito que a plataforma educacaoinclusiva.org contribui para valorizar o trabalho do educador que desenvolve práticas inclusivas.

20 respostas



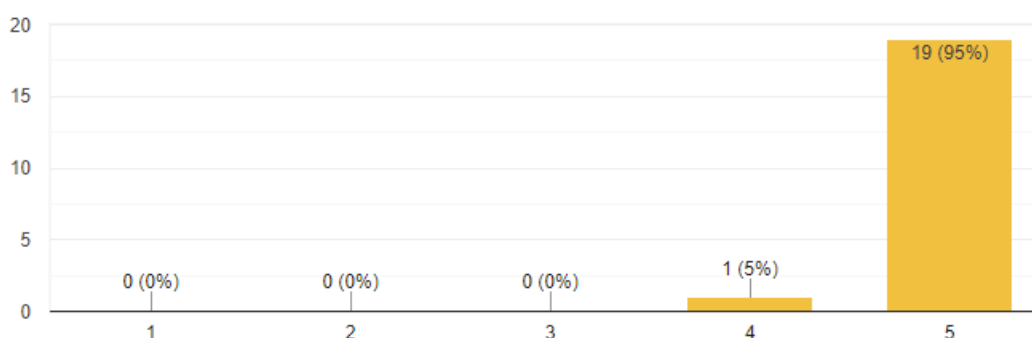
Fonte: elaboração própria

Esta questão pretendia identificar a percepção dos usuários a respeito da plataforma como instrumento de valorização do trabalho docente, 100% dos respondentes concordam totalmente que a plataforma cumpre esta função.

Gráfico 6 - Possibilidade de utilização da plataforma pelo educador

Utilizo/posso utilizar a plataforma educacaoinclusiva.org em minhas atividades educacionais

20 respostas



Fonte: Elaboração própria.

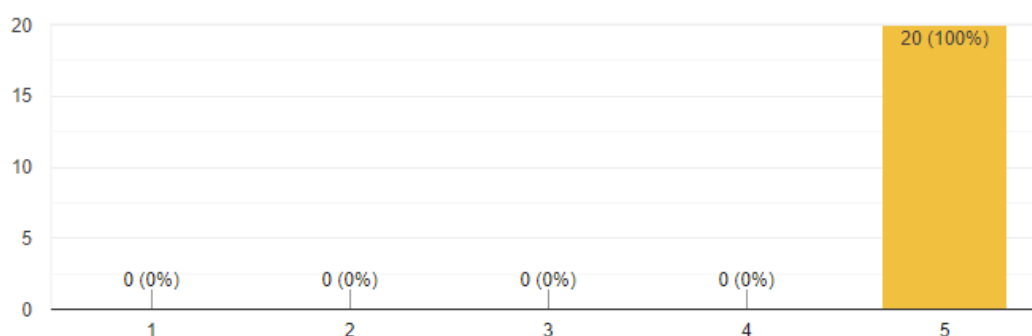
Esta questão está ligada à usabilidade da plataforma pelo profissional docente. 100% dos respondentes concordam que podem utilizar a plataforma Educação inclusiva.org em suas atividades educacionais, sendo que, destes, 95%

concordam totalmente, enfatizando a usabilidade da plataforma.

Gráfico 7 - Recomendação da plataforma para outras pessoas

Recomendo/recomendaria a plataforma educacaoinclusiva.org para outras pessoas

20 respostas



Fonte: Elaboração própria.

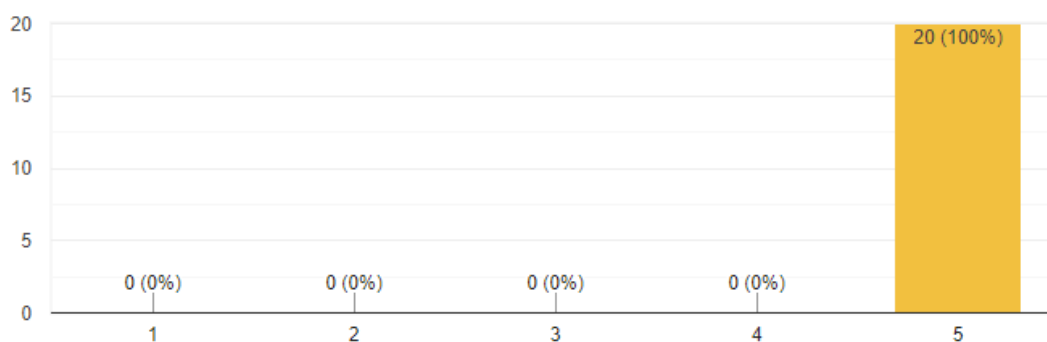
100% dos respondentes recomendariam a plataforma para outras pessoas.

Para Ruiz *et al.* (2014, p. 20, tradução nossa), questões relacionadas à Aceitação “permitem confirmar ou não a aceitação do enfoque, dos conteúdos e da linguagem utilizada” em um produto educacional. No formulário havia uma questão relacionada à aceitação. Segue abaixo o gráfico com o resultado.

Gráfico 8 – Adequação da plataforma ao uso pedagógico

Considero a plataforma adequada para o uso pedagógico.

20 respostas



Fonte: Elaboração própria.

100% dos respondentes concordam totalmente que a plataforma Educacaoinclusiva.org é adequada para uso pedagógico.

Segundo Ruiz *et al.* (2014, p. 20, tradução nossa), a mudança de ação “permite comprovar se este material contribui para a mudança de olhar ou de atitude do usuário”. Segue questão aberta relacionada à mudança de ação e respectivas respostas no Quadro 9.

Quadro 9 - Questão relacionada à Mudança de ação

DE QUE MANEIRA VOCÊ ACREDITA QUE A PLATAFORMA EDUCACAOINCLUSIVA.ORG PODE COLABORAR PARA UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA?
Fazendo o acesso se pulverizar por toda sociedade.
Compartilhar ideias que promovam inclusão faz com que nos fortalecemos como educadores capazes de promover a aprendizagem a todos de forma inclusiva.
De modo a dar visibilidade aos trabalhos realizados e trazendo inspiração para novos trabalhos.
Só o fato de as pessoas terem acesso a diversas práticas inclusivas já está colaborando.
Todas as ações que buscam a inclusão e a equidade devem ser compartilhadas e exploradas por quem tem o dever de ser inclusivo no dia a dia: nós professores.
Dando visibilidade às possibilidades de trabalho com alunos especiais.
Divulgação de trabalhos que são “anônimos” no universo pedagógico.
Através das práticas compartilhadas, cada vez mais professores podem conhecer práticas inovadoras para alcançarmos uma sociedade mais inclusiva, começando dentro de nossas salas de aula.
Trazendo possibilidades de práticas.
Mostrando as ações que estão sendo realizadas, isso pode incentivar mais relatos e também a replicação dessas práticas.
Considerando-se que a educação inclusiva é um processo, ela começa na escola com experiências que são compartilhadas numa plataforma como essa e então são expandidas, gradativamente, para a sociedade.



A partir das várias problemáticas abordadas na plataforma, como forma de adaptação e práticas em sala de aula convergindo para uma educação inclusiva.
Pela divulgação do excelente trabalho realizado pelos professores.
Todos participando. Pais/alunos/professores.
Ao compartilhar práticas que trazem possibilidades, indicando que é viável a construção e vivência de práticas que buscam inserir TODOS. Mostra um caminho de que é possível qualificar a aprendizagem de TODOS os estudantes.
Trocando experiências.
Quando ela procura divulgar os trabalhos que já estão em andamento no Brasil e daí divulgando-os.
Com a divulgação das experiências exitosas que servem de referências para discussões sociais.
Acredito que as práticas compartilhadas na plataforma nos dão ideias de como trabalhar e que todos podem ser incluídos

Fonte: Elaboração própria.

A mudança principal que se pretende alcançar é uma sociedade mais inclusiva, a plataforma Educacaoinclusiva.org surge na intenção de dar sua contribuição tendo a sala de aula como ponto de partida para tal mudança. 100% dos respondentes acreditam que a plataforma cumpre esta função.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu do pressuposto de que a educação, prevista em lei como direito de todos, tem o dever de ser inclusiva por natureza, por isso tinha a intenção de identificar como a educação inclusiva acontece no sistema educacional brasileiro, como os educadores a materializam em suas aulas e quais recursos utilizam. Diante disso, apresentou como objetivo principal disponibilizar para a sociedade uma plataforma colaborativa de compartilhamento de práticas educacionais inclusivas no intuito de valorizar o trabalho docente e contribuir para a reflexão a respeito do tema educação inclusiva. Tal objetivo foi alcançado, a plataforma [Educacaoinclusiva.org](http://Educacaoinclusiva.org), produto educacional aqui proposto, está disponível e em uso pela sociedade. As práticas compartilhadas na plataforma representam, além da generosidade de cada educador que dispôs de seu tempo para compartilhar seus saberes, a materialização de um trabalho extenso e complexo que envolveu elaboração do projeto conceitual, desenvolvimento tecnológico, busca ativa pelos participantes da pesquisa, sistematização e publicação dos dados coletados. Dando suporte a este trabalho estava uma equipe multidisciplinar de profissionais voluntários, além da pesquisadora.

A plataforma [Educacaoinclusiva.org](http://Educacaoinclusiva.org) torna-se dinâmica e em constante construção ao receber e compartilhar ações pedagógicas que promovem a inclusão de estudantes no processo de ensino e aprendizagem. Pode-se dizer que a proposta de trabalho aqui iniciada trata-se de um convite para uma caminhada coletiva em direção a um fazer docente significativo, democrático e inclusivo.

Durante a pesquisa, buscou-se identificar o construto de uma prática educacional inclusiva através dos elementos centrais que a caracterizam, porém esta não foi uma tarefa fácil. Não foi localizada, no referencial teórico consultado, uma lista pronta com tais elementos que pudesse servir de subsídio para a identificação das práticas realizadas pelos educadores como inclusivas. Diante dessa constatação identificou-se através do referencial teórico consultado e do conhecimento empírico adquirido com a análise das práticas educacionais compartilhadas, alguns elementos que podem ser encontrados em práticas educacionais realizadas na perspectiva da educação inclusiva, no entanto este

estudo não tem a pretensão de defini-los como obrigatórios para a definição de uma prática educacional como inclusiva, uma vez que para isso seria necessário um estudo mais aprofundado e com foco na identificação de tais elementos.

No início do desenvolvimento desta pesquisa, levantou-se a hipótese de que muitos educadores realizavam sua docência na perspectiva da educação inclusiva e poderiam contribuir com outros educadores, porém, na maioria das vezes, por falta de um espaço para tal compartilhamento, demanda de tempo ou dificuldade por parte dos educadores em sistematizar e compartilhar suas experiências, a solução encontrada para eliminar barreiras educacionais acabava ficando restrita à sala de aula. Ao longo da pesquisa pode-se confirmar esta hipótese. A realização da docência na perspectiva da educação inclusiva foi confirmada, pois a variedade de práticas compartilhadas na plataforma revelou a criatividade e o engajamento dos educadores brasileiros na busca de uma educação para todos. Graças à generosidade dos educadores em compartilhar suas descobertas e conhecimentos, formou-se uma rede para a inclusão.

Alguns fatores limitantes foram identificados para a realização desta pesquisa, dentre os quais o curto espaço de tempo para tornar a plataforma acessível a todos os públicos conforme recomendação do eMAG. Tornar o produto educacional acessível, conforme determina o eMAG, exige tempo e busca por recursos. Esse processo ainda está em andamento, devido à complexidade e demanda de pessoal especializado. Esse problema será solucionado com a institucionalização da plataforma pelo IFSC, uma vez que todas as plataformas do governo federal devem seguir tal recomendação. No momento, a plataforma apresenta alguns recursos de acessibilidade para deficientes visuais. Para validar tais recursos, buscou-se a colaboração da ACIC (Associação catarinense de integração ao cego), a qual atestou a leitura de tela pelos *softwares* leitores, o uso de teclas de atalho e também a descrição das imagens. Ainda se está trabalhando na acessibilidade digital para pessoas com deficiência auditiva. Entende-se que a plataforma educação inclusiva.org é uma construção coletiva, contínua e dinâmica, portanto sempre passível de melhorias e adequações.

Outro fator limitante encontrado foi a falta de recursos financeiros para a divulgação da plataforma de maneira mais massiva a fim de que este espaço de

trocas e aprendizagens fosse realmente conhecido e utilizado pelo maior número possível de educadores.

Constatou-se a necessidade de estudos científicos mais aprofundados sobre o construto da prática educacional inclusiva, bem como, a respeito do público que chega às escolas e dos temas que permeiam a inclusão e a exclusão nos ambientes educacionais. Recomenda-se que os temas relacionados à inclusão e exclusão em ambientes educacionais sejam abordados nas formações continuadas e também nos cursos de licenciatura a fim de contribuir para a formação dos educadores na perspectiva da educação inclusiva.

É importante ressaltar que, apesar das dificuldades e precariedades vivenciadas nos dias atuais de desmonte das escolas e universidades e desvalorização da educação, foram identificados, ao longo desta pesquisa, muitos educadores que estão fazendo a educação inclusiva acontecer e promovendo mudanças significativas na vida de estudantes brasileiros. Isso não exime o Estado, a sociedade e as instituições de ensino de exercerem sua responsabilidade, pois são vários os fatores e agentes responsáveis pela educação inclusiva e não apenas o educador. O alcance do ideal de qualidade na educação para todos é urgente, mas depende de um esforço coletivo de governantes, da sociedade, das famílias, da comunidade escolar, de cada estudante e do profissional docente.

Por fim, depois de todo este trabalho realizado, trocas e aprendizados adquiridos pode-se afirmar que a escola inclusiva é possível, as práticas compartilhadas pelos educadores na plataforma Educacaoinclusiva.org ratificaram que a educação inclusiva já saiu do papel, das legislações, dos livros e está materializada no chão de muitas salas de aula espalhadas pelo país. Ao adentrar as salas de aula através de tais práticas, teve-se acesso ao fazer docente, ao olhar atento, ao desejo do educador de incluir a todos os seus alunos em suas aulas.

Busca-se, através desta proposta de compartilhamento de práticas educacionais inclusivas, a escola capaz de acolher a todos, ou seja, a escola inclusiva que, de tão necessária, não pode ser apenas utópica. Ainda se está caminhando rumo à inclusão, o importante é seguir em frente.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Tereza, Cristina, Nascimento. A classificação de “cor” nas pesquisas do IBGE: notas para uma discussão. *In: Cadernos de Pesquisa*: revista de estudos e pesquisa em educação, São Paulo, n. 63, p. 14 -15, nov. 1987. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n63/n63a01.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para a Inclusão**: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. 3. ed.UNESCO/CSIE. Tradução: Mônica Pereira dos Santos. 2012. Disponível em: <http://www.lapeade.com.br/publicacoes/documentos/index2012-final%20FOTOS%20BRASIL>. Acesso em: 31 maio 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 6949, de 25 de agosto de 2009a**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo [...]. Disponível em: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 31 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008a**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015a**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei\\_13146.pdf](http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf). Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. IFES, Instituto Federal do Espírito Santo. **Mestrado profissional em educação profissional e tecnológica em rede nacional**: anexo ao regulamento. 2015b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Planejando a Próxima Década. **Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014a. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em: 01 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009b**. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Diário Oficial da União nº 248 (terça-feira) – Seção 1 – Pág. 20. Disponível em: <http://www.uezo.rj.gov.br/pos-graduacao/docs/Portaria-MEC-N17-28-de-mbro-de-2009.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho nacional de Educação. **Parecer nº 16/99**, dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Brasília: 1999. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf). Acesso em: 13 mar. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador programa incluir: acessibilidade na educação superior**. SECADI/SESU, 2013b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category\\_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **eMAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Brasília : MP, SLTI, 2014b. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/eMAGv31.pdf>. Acesso em: 14 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 maio 2016b. Seção 1. p. 44-46. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.

Camargo, Eder Pires. **Saberes docentes para a inclusão do aluno com deficiência visual em aulas de Física**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zq8t6/pdf/camargo-9788539303533.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns**: possibilidades e limitações. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CATAPAN, Araci Hack. **Pedagogia e Tecnologia**: a comunicação digital no processo pedagógico. ABED, 2002. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2003/docs/anais/TC46.pdf>. Acesso em: 06 maio 2019.

CAVALCANTI, Marcos; NEPOMUCENO, Carlos. **O conhecimento em rede**: como implantar projetos de inteligência coletiva. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CUNHA, Maria Isabel. **O bom professor e sua pratica**. 23. ed. Campinas: Papirus, 2011.

FANTIN, Monica. **Mídia-Educação**: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; MANTOAN, Maria Teresa Egler ; PANTOJA, Luisa de Marillac P. **O acesso de alunos com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular**. 2. ed. Brasília: PFDC/ESMPU, 2004.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luisa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Atendimento educacional especializado**: aspectos legais e orientação pedagógica. Brasília, DF: MEC, SEESP, 2007.

FLORIANÓPOLIS, Secretaria Municipal de Educação. **Professora e equipe desenvolvem plataforma com práticas inclusivas**. 2019. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/?pagina=notpagina&menu=&noti=20532>. Acesso em: 11 mar. 2019.

FOLHAPRESS. Boas práticas da educação inclusiva ganham plataforma de divulgação. **Bem Paraná Notícias**, 2019. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/boas-praticas-da-educacao-inclusiva-ganham-plataforma-de-divulgacao#.XSyS9ehKjIU>. Acesso em: 17 mar. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educacional. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLOBO.COM, G1 Santa Catarina. Projeto propõe integração entre estudantes em escolas de Florianópolis, 2019. **G1 Santa Catarina**, 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/projeto->

propoe-integracao-entre-estudantes-em-escolas-de-florianopolis/7526125/. Acesso em: 09 abr. 2019.

GUESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano. A inclusão de estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino: um desafio ético e político. In: **Especialização EaD em gênero e diversidade na escola**: Livro V, Módulo V e VI. GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli Garcia; MAGRINI, Pedro Rosas. Tubarão: Copiart, 2015, p. 175-188.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior: um estudo de caso da UFSCar**. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. **Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica**, n. 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da Educação Básica: censo escolar de 1996 a 2018**. Brasília: Inep, 1997 a 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20 fev. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 fev. 2019.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

JULIANI, Douglas Paulesky. **Framework da cultura organizacional nas universidades para a inovação social**. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PEGC0380-T.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em: 15 maio de 2019.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007



LOPES, Noêmia. Docente adota didática inclusiva no ensino de Física. *In: Exame*. Ago. de 2013. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/ciencia/docente-adota-didatica-inclusiva-no-ensino-de-fisica/>. Acesso em: 31 ago. 2018.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez. 11. ed. 2001.

MARQUES, Jairo. Boas práticas da educação inclusiva ganham plataforma de divulgação. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://assimcomovoce.blogfolha.uol.com.br/2019/03/12/boas-praticas-da-educacao-inclusiva-ganham-plataforma-de-divulgacao/>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MEDEIROS, Matheus Ferreira; MEDEIROS, Alexsandro Melo. Educação e tecnologia: explorando o universo das plataformas digitais e startups na área da educação. *In: Anais do V CONEDU - Congresso nacional de educação*; Pernambuco: Realize, v.1, 2018. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV117\\_MD1\\_SA19\\_ID836\\_26072018101555.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA19_ID836_26072018101555.pdf). Acesso em: 01 jun. 2019.

MORENO, Ana Carolina. Professor cego mostra em livro como ensinar Física para quem não enxerga. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://musicaeinclusao.wordpress.com/2013/09/05/professor-cego-mostra-em-livro-como-ensinar-fisica-para-quem-nao-enxerga/>. Acesso em: 01 jun. 2019.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

PETRUCCELLI, José Luiz; SABOIA, Ana Lucia. Características étnico-raciais da população: classificação e identidades. **Estudos e análises: Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RUIZ, Luciana; MOTTA, Luiz; BRUNO, Daniela; DEMONTE, Flavia; TUFRÓ, Lucila. **Producción de materiales de comunicación y educación popular**. Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 2014.

SEIFFERT, Elaine Cristina Pamplona. Projeto Guardiões da Energia. *In: FLORIANÓPOLIS*. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Práticas exitosas na educação**. Florianópolis: Prelo, 2010, p. 55 – 61. Disponível em: [http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/17\\_02\\_2011\\_16.00.00.043d38e1a](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/17_02_2011_16.00.00.043d38e1a)

28a45cecdbe97b8509afa9d.pdf. Acesso em: 31 maio 2018.

SEIFFERT, Elaine Cristina Pamplona; BOSCATI, Ana Paula Garcia. **A lenda das areias: estudantes com deficiência tornam-se protagonistas através do teatro de sombras**. Florianópolis, 2016. Monografia (Especialização). Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/173744/Especializa%C3%A7%C3%A3o%20em%20g%C3%AAnero%20e%20diversidade%20na%20escola%20-%20Elaine%20Seiffert.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 maio. 2018.

SEIXAS, Aline Silva; LIMA, Thaisi Leal Mesquita; LIMA, Gabriel Maciel; DANTAS, Thomas Kefas de Souza; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar. As tecnologias sociais como instrumento para o desenvolvimento nacional. *In: Revista GEINTEC*, São Cristóvão, v. 5, n. 4, p. 2678-2688, 2015.

SONZA, Andréa Poletto. **Acessibilidade de Deficientes Visuais aos Ambientes Digitais/Virtuais**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS. Porto Alegre, 2004

SOUZA, Dalmir Pacheco de. **Políticas públicas e a visibilidade da pessoa com deficiência: estudo de caso do Projeto Curupira**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Amazonas, UFAM. Manaus, 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

VALGAS, Laine. Plataforma colaborativa procura boas práticas de educação inclusiva. **NSC total**, 2019. Disponível em:  
<https://www.nscotal.com.br/colunistas/laine-valgas/plataforma-colaborativa-procura-boas-praticas-de-educacao-inclusiva>. Acesso em: 12 mar. 2019

VIÉGAS, Conceição de Maria Corrêa; CARNEIRO, Moaci Alves. **Educação profissional: indicações para a ação: a interface educação profissional/educação especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2003. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educ\\_prof.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educ_prof.pdf). Acesso em: 10 jun. 2019.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

## APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado Professor,

Você está sendo convidado para participar da pesquisa ‘Quebrando barreiras: experiências educacionais inclusivas compartilhadas’, desenvolvida pela pesquisadora Elaine Cristina Pamplona Seiffert, sob orientação do professor Dr. Douglas Paulesky Juliani, para o Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional realizado através do Centro de Referência em Formação e EaD (CERFEAD) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Esta pesquisa se justifica ao ter como base de sua construção a realidade do professor e a presença de estudantes diversos em sua sala de aula, os quais têm o direito de serem incluídos no processo de ensino e aprendizagem. Seu objetivo principal é criar uma plataforma colaborativa de práticas educacionais inclusivas contendo estratégias pedagógicas e tecnologias utilizadas por educadores. Tem a intenção de articular saberes e práticas utilizando a tecnologia como meio de troca de experiências e informações. Assim, agrega experiências educacionais inclusivas que podem trazer resultados transformadores para todos os envolvidos. Espera-se que funcione de modo a auxiliar professores com práticas educacionais para a assimilação do conteúdo pelos estudantes, eliminando barreiras educacionais e valorizando o trabalho docente. Dentre os benefícios de sua participação está o de cunho social ao facilitar a promoção da educação inclusiva.

É importante ressaltar que esta pesquisa será realizada atendendo à resolução 510/16 que trata dos princípios éticos e da proteção aos participantes de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Esta resolução considera “que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos” e “que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante”.

Sua participação nesta pesquisa é de forma voluntária (portanto não prevê nenhuma compensação financeira) e consistirá em responder a um formulário online e compartilhar sua prática educacional na plataforma Educacaoinclusiva.org. É garantida a plena liberdade para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento a qualquer momento, bastando comunicar sua decisão à pesquisadora (Elaine Cristina Pamplona Seiffert). As informações coletadas através do formulário e entrevista (que ocorrerá apenas em caso de necessidade, sendo que a pesquisadora entrará em contato para agendamento ou informações via email) serão utilizadas apenas na pesquisa em questão. Este trabalho poderá ser apresentado em encontros ou publicado em revistas científicas, mas mostrará apenas os resultados obtidos. Em relação aos riscos desta pesquisa, entendemos que possa haver desconforto ou embaraço e demanda de tempo que gera cansaço para o respondente, mas destacamos que sua participação é voluntária, podendo ser interrompida a qualquer tempo. Pontuamos que não objetivamos realizar nenhuma intervenção direta ou indireta em sua prática de ensino, sua vida profissional ou privada. A pesquisa não prevê gastos por parte do respondente, nem danos materiais ou imateriais, mas caso

ocorra algum dano em decorrência da atuação dos pesquisadores ou da pesquisa cabe ressarcimento e/ou indenização previstos em lei. Lembrando que ressarcimento refere-se a possíveis gastos ou prejuízos financeiros decorrentes da pesquisa e indenização refere-se a possíveis danos ou prejuízos decorrentes da pesquisa.

O professor Dr. Douglas Paulesky Juliani, enquanto orientador, também responde por este documento, comprometendo-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 510/16. Este documento foi submetido ao Comitê de Ética em pesquisas com seres humanos da universidade Federal de Santa Catarina. Está disponível para o seu consentimento online e acesso permanente por meio de *login* e senha, criados no momento do seu cadastro na plataforma. Você poderá entrar em contato com a pesquisadora por e-mail. Poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento. Também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH/UFSC, Prédio Reitoria II, 4º andar, sala 401, localizado na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis/SC. Telefone para contato: (48) 3721-6094, e-mail: A página do Comitê de ética em pesquisas com seres humanos da UFSC está disponível no seguinte endereço eletrônico: cep.ufsc.br

Contato com a pesquisadora Elaine Cristina Pamplona Seiffert:

Email: eseiffert@hotmail.com

### **Autorização para participação**

Sua autorização ocorrerá online mediante leitura e aceitação deste documento disponível na plataforma Educacaoinclusiva.org durante a realização do seu cadastro no sistema.